

Trabalho de Graduação

Curso de Graduação em Geografia

**EXERCÍCIO DA CIDADANIA E ESPAÇO PÚBLICO EM RIO CLARO - SP: UMA
ANÁLISE A PARTIR DAS MOBILIZAÇÕES NO JARDIM PÚBLICO.**

Paloma do Prado Santiago

Prof(a).Dr(a). Dayana A. Marques de Oliveira

Rio Claro (SP)

2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Câmpus de Rio Claro

PALOMA DO PRADO SANTIAGO

EXERCÍCIO DA CIDADANIA E ESPAÇO PÚBLICO EM RIO
CLARO - SP: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS MOBILIZAÇÕES
NO JARDIM PÚBLICO.

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de
Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio
Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, para obtenção do grau de Bacharel
em Geografia.

Rio Claro - SP

2024

D692e do Prado Santiago, Paloma

Exercício da cidadania e espaço público em Rio Claro - SP: uma análise a partir das mobilizações no Jardim Público. / Paloma do Prado Santiago. -- Rio Claro, 2024

60 p. : fotos, mapas

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado e licenciatura - Geografia) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro

Orientadora: Dayana Aparecida Marques de Oliveira

1. Espaços públicos. 2. Mobilização social. 3. Cidadania. 4. Rio Claro/SP. 5. Jardim Público. I. Título.

PALOMA DO PRADO SANTIAGO

EXERCÍCIO DA CIDADANIA E ESPAÇO PÚBLICO EM RIO
CLARO - SP: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS MOBILIZAÇÕES
NO JARDIM PÚBLICO.

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de
Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio
Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, para obtenção do grau de Bacharel
em Geografia.

Comissão Examinadora

Profª Dra. Dayana A. Marques de Oliveira (orientadora)

Profº Dr. Everton Luís de Souza Junior

Profº Murilo Henrique Rodrigues de Oliveira

Rio Claro, 04 de dezembro de 2024.

Documento assinado digitalmente
 PALOMA DO PRADO SANTIAGO
Data: 04/12/2024 09:42:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do(a) aluno(a)

Documento assinado digitalmente
 DAYANA APARECIDA MARQUES DE OLIVEIRA
Data: 04/12/2024 11:19:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

assinatura do(a) orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer aos meus pais, Luciane Santiago e Alexandre Santiago, por terem me apoiado quando decidi vir para Rio Claro e por terem acreditado em mim desde sempre, pelo incentivo e cuidado, amo vocês.

Aos meus queridos avós Zuleika e José Carlos (já falecidos), Marisa Santiago e Luiz Santiago e aos meus irmãos, Guilherme e Alexandre Filho.

À Carolina (Glicose) e Gabriela (Rodeio), por terem me recebido quando cheguei na cidade e mesmo quando deixamos de morar juntas, sempre foram presentes, carinhosas e amorosas, sem vocês não sei o que teria feito, muito obrigada de todo meu coração.

À república casa da mãe, e suas moradoras por todo amor e história que fizemos, em especial Laura Bezerra (amora mais fofa e maravilhosa, obrigada por todas as cartinhas, pelo amor, carinho, pelas músicas, pelas risadas, almoços, pelos ouvidos e conversas), Ligia Pagliotto (pelas conversas, aventuras, frases musicais, riso frouxo, sonecas antes das aulas, por sempre me ensinar algo novo, e por ser amorosa e protetora), Mariana Ferreira Gomes (pelas conversas enriquecedoras, complementação de frases e músicas, cuidado, pelos filmes mamão com açúcar, altas risadas e incentivo), Priscila Figueiredo Rodrigues (por todo amor do mundo, por ter me ensinado a ser eu mesma, e não ter medo (de baratas inclusive), por ter cuidado de mim quando eu não sabia que precisava ser cuidada, por toda dedicação e companheirismo, por ter me ouvido e ter mesmo vontade de construir nossa amizade e nunca deixar que ela seja só uma lembrança). E a tantas outras que passaram pela nossa casa e guardamos recordações saudosas e felizes, foi incrível pessoal.

E a Danielle Simeão e Bartolomeu, que chegaram depois de muita coisa, mas sempre me alegro quando estou junto com vocês.

Aos geoamigos queridos, Ana Caroline Maciel, David Michel, Jonathan Matheus, Tiago Almeida Diniz, vocês são maravilhosos e especiais, obrigada por toda ajuda, risada e conversas.

A Bruna, por ter sido amiga desde o primeiro instante, por todo apoio e amor, você é incrível e agradeço por estar em minha vida e por tantas aventuras.

Aos amigos de curso que contribuíram para o meu desenvolvimento, foi um privilégio estar aqui com vocês, vai 60, vai!

Ao meu gatinho que durou tão pouco tempo, mas que foi o amor mais forte e sincero da minha vida, que me salvou em épocas difíceis e teve que partir numa tão ruim quanto, mas que resistiu o quanto pode, obrigada Pretinho.

Ao Matheus Henrique de Matos Ramos, por ser meu companheiro amoroso e dedicado, por me apoiar e incentivar, não me julgar mas me acolher, por me respeitar e ter paciência comigo, mesmo quando eu não mereço tanta, por fazer o café sem reclamar e pela alegria que emana quando estamos juntos.

A professora Dayana Aparecida Marques de Oliveira, por ter aceitado me orientar depois de um texto enorme que enviei, por todas as oportunidades que está me dando e por me ensinar a me desenvolver enquanto geógrafa e pessoa.

A UNESP, por proporcionar a realização do meu sonho, por me apresentar tantas pessoas incríveis que espero levar para a vida toda, por ser um lugar de tantos conhecimentos e pelos auxílios, sem eles teria voltado pra casa há muito tempo.

Aos professores sensacionais que tive o prazer de conhecer ao longo da graduação.

Amo vocês todos, de todo meu coração.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar a importância do espaço público, Jardim Público especificamente, na construção da cidadania dos rioclarenses. Partindo assim de análises documentais e relatos quanto às mobilizações e resistência da população da cidade. O Jardim Público está localizado ao centro de Rio Claro e é palco de reivindicações sociais, da vida cotidiana, ponto de comércio e feiras, bem como, espaço de interação social espontânea e expressões culturais. Tendo em vista o objetivo de identificar o exercício da cidadania em Rio Claro, realizamos uma contextualização do espaço público evidenciando sua história, preservação e conservação, e como foi possível realizar tal feito. Como a administração municipal utiliza e protege o espaço público em questão, o que nos leva a uma discussão sobre parcerias público-privadas e leis municipais quanto a áreas públicas. E diante da possibilidade da celebração de parcerias público-privadas, quais ferramentas podem auxiliar na preservação das características e vivências no Jardim Público. E por fim realizamos discussão sobre cidadania articulando essa com a realidade dos rioclarenses e como os mesmos se apropriam do espaço público Jardim Público e se mobilizam na luta por direitos, evidenciando exemplos diversos, de lutas locais mas também de interesse nacional, uma vez que em Rio Claro, as manifestações, atos e protestos, apresentam-se como reação à momentos de crise no país.

Palavras Chaves: Espaços públicos; Mobilização social; Cidadania; Rio Claro/SP; Jardim Público.

ABSTRACT

This Final Coursework aims to analyze the importance of public space, specifically Jardim Público, in the construction of citizenship among Rio Claro residents. Based on documentary analysis and reports on the mobilizations and resistance of the city's population, the study delves into the historical significance, preservation, and conservation of this central public space. Jardim Público serves as a stage for social claims, daily life, commerce, fairs, spontaneous social interaction, and cultural expressions. With the objective of identifying the exercise of citizenship in Rio Claro, the research contextualizes the public space, exploring how municipal administration utilizes and protects it, leading to discussions about public-private partnerships and municipal laws regarding public areas. Considering the possibility of public-private partnerships, the study investigates tools that can assist in preserving the characteristics and experiences within Jardim Público. Finally, the research discusses citizenship, linking it to the reality of Rio Claro residents and how they appropriate Jardim Público and mobilize in the fight for their rights, highlighting diverse examples of local and national struggles. Rio Claro's demonstrations, acts, and protests are presented as reactions to moments of national crisis.

Keywords: Public spaces; Social mobilization; Citizenship; Rio Claro/SP; Jardim Público.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Rio Claro, perímetro urbano e Jardim Público.	15
Figura 2 Localização do Jardim Públicos e outros locais importantes do cotidiano.	16
Figura 3 Cartão Postal do Jardim Público.	20
Figura 4 Portão da Santa casa.	20
Figura 5 Vista aérea do Jardim Público.	20
Figura 6 Chafariz/Fonte do Índio.	21
Figura 7 Coreto Fábio Marasca.	22
Figura 8 Diana, a caçadora e palco Recanto da Saudade.	23
Figura 9 Vista parcial da lateral do Jardim Público.	23
Figura 10 Centro Esportivo no Novo Jardim Wenzel.	40
Figura 11 Comício das Diretas Já no Jardim Público.	43
Figura 12 Ato do Movimento Negro no Jardim Público.	44
Figura 13 Cadeiraço no Jardim Público.	45
Figura 14 Manifestação contra a reforma na previdência, passeata ao redor do Jardim Público de Rio Claro.	46
Figura 15 Manifestação dos estudantes, professores e servidores.	47
Figura 16 6ª Parada do orgulho LGBT em Rio Claro, no Jardim Público.	49

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 O JARDIM PÚBLICO: MAIS QUE UMA PRAÇA - PALCO DA SOCIALIZAÇÃO E DA LUTA POR DIREITOS..	15
1.1 Como é o Jardim, o que tem lá, qual história quer contar - Caracterização	18
1.1.1 Praça Othoniel Marques Teixeira (Anteriormente Largo da Matriz) - Entre ruas 3 e 4 e avenidas 1 e 3 - 8.234 m ²	21
1.1.2 Praça XV de Novembro (Antiga Largo do Teatro) - Entre as ruas 3 e 4 e avenidas 1 e 2 - 13.847,65m ²	22
1.2 Eventos Municipais - A utilização pela Prefeitura e Secretarias	24
2 PLANO DIRETOR DE RIO CLARO E PROJEÇÕES.	28
2.1 CONDEPHAAT e dificuldades de acesso	33
3 DISCUSSÃO SOBRE CIDADANIA E DIREITO À CIDADE.	37
3.1 Casos Rio-clarenses de lutas por direitos na “praça”	42
3.1.1 “Diretas já”	43
3.1.2 “Reage, Rio Claro- Racismo aqui, não”	43
3.1.3 “Cadeiraço em Rio Claro”	44
3.1.4 “Mobilizações trabalhistas”	45
3.1.5 “Contra o desmonte da universidade e educação de qualidade”	46
3.1.6 “Combate ao feminicídio”	48

3.1.7 Orgulho LGBT	48
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	52
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	59

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso foi pensado para entender e identificar as diferentes formas de exercício da cidadania de cidadãos e cidadãs rioclarenses, a partir da apropriação do Jardim Público, no centro da cidade de Rio Claro. De modo a pesquisar as mobilizações que ocorreram/ocorrem no local em prol de reivindicações sociais, profissionais, expressões culturais e demais movimentos que evidenciam a ocupação, uso e apropriação.

Rio Claro é uma cidade média, com pouco mais de 200 mil habitantes (IBGE, 2022), sendo assim uma cidade do interior paulista, localizada na região metropolitana de Piracicaba. O Jardim Público Herma de Siqueira Campos de Rio Claro, localiza-se no centro da cidade, e foi construído no início da década de 1880, sendo composto por duas praças: Praça XV de novembro e Praça Sargento Othoniel Marques Teixeira, em frente à prefeitura. É cercado por comércios e bancos públicos e privados, por isso, é também conhecido como “praça dos bancos”.

O Jardim Público conta com diversos monumentos para homenagear figuras tidas como importantes ao longo da história da cidade. Possui grandes árvores e espécies de arbustos ornamentais, dessa forma é marcado por priorizar o contato com a natureza e circulação da população, conforme explicitado na obra *Rio Claro das Praças e Jardins* organizada por Suzuki *et al* (2016).

É importante entendermos como o espaço público, neste caso o Jardim Público, é ocupado/usufruído pelos cidadãos e cidadãs de Rio Claro, já que localiza-se num ponto de grande fluxo comercial e político da cidade (também é conhecido por ser utilizado com feiras de barracas de artigos de vestuário e artesanato), bem como pela circulação da população e de pessoas em situação de rua.

No entorno do Jardim Público há estacionamento; a Santa Casa; a prefeitura; Secretaria de Turismo; Secretaria de Cultura; o Museu Histórico e Pedagógico “Amador Bueno da Veiga”; a estação de transporte público coletivo e o restaurante a preço acessível, o bom prato, todos até 7 quarteirões de distância do mesmo. Gomes (2007), considera que os espaços públicos no Brasil, ao longo do desenvolvimento destes, tiveram seus propósitos de utilização mudando conforme o momento político e evolução das cidades, assim sendo, ponto de troca de ideias, reuniões, onde a população se reunia/reúne para vários propósitos com o intuito de melhorar a qualidade de vida nas cidades.

Nesta mesma obra de Gomes (2007), também observamos que o desenvolvimento das cidades, a chegada dos shoppings centers e internet, são fenômenos que esvaziam os espaços públicos possivelmente, assim a ocupação desses espaços trata-se mais de mera necessidade de circulação do que de fato apropriação do espaço.

No caso de Rio Claro, visto que o Jardim Público apresenta tantos elementos e potencialidades de uso, seria ele restringido às situações mencionadas ou o aproveitamento do espaço público é visado também para mobilizações que buscam melhorias aos cidadãos e cidadãs?

A desigualdade social é uma realidade em Rio Claro, um dos maiores problemas vivenciados pelos munícipes, é a frequente falta de água em residências, problemas esses que não são observados em partes mais abastadas da cidade, nas quais políticos, empresários e famílias tradicionais, que participaram da construção da cidade, vivem.

Santos (2011), nos traz diversos questionamentos quanto ao exercício e entendimento de cidadãos e cidadãs sobre cidadania, e as apropriações que esses realizam para que suas pautas tenham visibilidade e de que forma ocorrem suas expressões. Mesmo evidenciando o contexto do fim dos anos de 1980, no século XXI ainda estamos lidando com os mesmos problemas explicitados pelo autor.

As mobilizações sociais envolvem lutas por direitos e preservação de memórias, cada uma com sua pauta e forma de organização/apresentação, pode ser uma marcha, apresentação de teatro, reivindicações, exposições e intervenções. Bemerguy (2018) e Scifoni (2022) retrataram em seus textos algumas dessas mobilizações e reivindicações, evidenciando a luta por equidade de gênero e preservação cultural/patrimonial, respectivamente. Além disso, percebemos que essas mobilizações em alguns casos subvertem o sentido do ato, em que determinada classe toma para si a causa com o intuito de, usando o apelo popular, forçar órgãos governamentais a cederem às suas reivindicações, mesmo não sendo a vontade da maioria; resultando ainda, em segregação espacial e cultural (Bemerguy, 2018; Scifoni, 2022).

A partir do breve contexto apresentado, este TCC parte das seguintes questões principais: 1. Qual a importância do Jardim Público no apoio ao exercício da cidadania em Rio Claro? 2. Quais as formas de apropriação do Jardim Público para a reivindicação de direitos? 3. Quais são os tipos de manifestações sociais organizadas no local?

As questões indicadas anteriormente foram basilares para a elaboração dos objetivos

deste trabalho. O objetivo geral é discutir sobre a importância do Jardim Público no apoio ao exercício da cidadania em Rio Claro, observando as diferentes formas de reivindicação por direitos sociais organizadas por diferentes grupos. Os objetivos específicos são: 1. Identificar as formas de apropriação do Jardim Público para a reivindicação de direitos protagonizados pelos munícipes de Rio Claro; 2. Investigar quais são os tipos de manifestações sociais organizadas no local e se a infraestrutura existente no Jardim Público propicia a utilização para este fim.

Para contemplar os objetivos da pesquisa, utilizamos: levantamento bibliográfico, análise do Plano Diretor da cidade e trabalho de campo.

A pesquisa inclui também o levantamento bibliográfico de diferentes fontes. As fontes de consulta utilizadas foram: obras, documentos históricos da cidade, sob guarda do Arquivo Público e Prefeitura Municipal, artigos científicos, publicações regionais de veículos circulares (jornais). As obras, por serem estudos mais densos e focalizados, serão utilizadas como base teórica e metodológica, como o uso do território e o espaço, planejamento urbano e os conceitos de cidadania. Os artigos científicos, apresentam resultados de pesquisas recentes e temáticas específicas, foram utilizados como fonte de atualização e de interlocução com as referências teóricas que adotamos. Já os documentos históricos e publicações foram usados para contextualização dos movimentos na cidade e atualização desses ao longo dos anos, já que possuem maior especificidade nas pesquisas sobre os temas que buscamos/pesquisamos.

A análise do Plano Diretor teve como objetivo identificar quais são os aspectos ligados à cidadania definidos pelo município. A partir disso, foi possível compreender o que o município pretende no que tange os espaços públicos e, conseqüentemente, ao Jardim Público, nos seguintes aspectos: destinação de verbas para melhorias e preservação do espaço público; promoção de eventos sociais, culturais e de direitos cívicos, ou até mesmo a falta de iniciativas para a construção/promoção desses eventos; bem como intenções futuras (visto que atualmente a privatização ou semi-privatização de espaços públicos tem sido cada vez mais frequente em cidades brasileiras) de cunho público-privada.

Consideramos também que, no que se refere às mobilizações sociais, a pesquisa teve como objetivo discutir sobre essas manifestações em prol dos direitos relacionados ao exercício da cidadania, isso para termos um aproveitamento não somente sobre a estrutura do espaço público, mas sim quanto à garantia dos direitos dos munícipes.

Também foi realizado trabalho de campo para que fosse possível registrar fotografias do local, assim nos dias 21, 22 e 23 de março de 2024 fotografamos o Jardim Público de diversos ângulos e em 23 de maio realizamos uma visita ao arquivo público, a fim de pesquisar notícias

e obras sobre o tema deste trabalho, além das demais consultas por email e no site do arquivo público, para obtenção de material digital. Dessa forma o documento conta com as imagens, expondo ao leitor o ambiente que pesquisamos e estamos percorrendo, de modo que este possa relacionar a pesquisa e experiência da produção deste trabalho ao local objeto do estudo.

Corroborando com os objetivos mencionados anteriormente, reunimos os resultados da pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso, a fim de evidenciar os impactos das mobilizações realizadas à população de Rio Claro e a causa atrelada/impulsionadora das mobilizações; bem como explicar, através de um olhar teórico como a organização e construção das mobilizações em Rio Claro se deu.

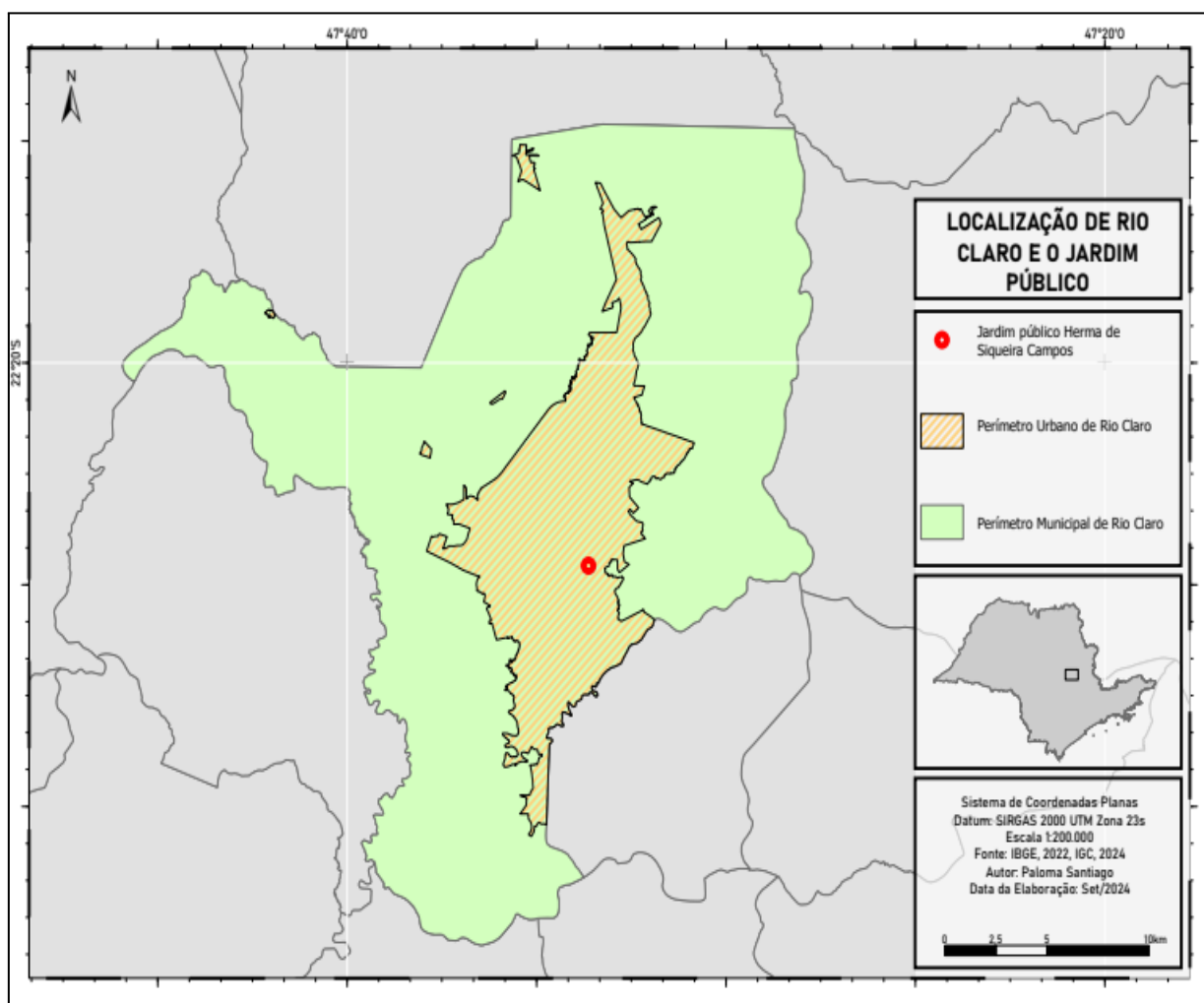
Assim sendo, a organização do TCC foi pensada em dois capítulos principais. O primeiro capítulo denominado **“O Jardim Público: Mais que uma praça - palco da socialização e da luta por direitos”** que conta a história do Jardim Público de Rio Claro, trazendo uma explanação cronológica dos acontecimentos no local desde sua elaboração enquanto projeto de “embelezamento” da cidade. Já o terceiro capítulo: **“Discussão sobre cidadania e direito à cidade”**, tem o intuito de retomar conceitos quanto a cidadania, uso e apropriação do território público e a discussão sobre a efetividade das movimentações sociais, como ocorre em Rio Claro e como o Jardim Público se encaixa em todo esse movimento.

Por fim, temos a conclusão que visa explicar o que encontramos de movimentos sociais em Rio Claro. Dessa forma identificando as questões principais que fizeram os rioclarenses se organizarem quanto a movimentações sociais, sendo essas as diversas citadas na introdução deste trabalho/monografia, como reivindicações e eventos culturais etc... E os desdobramentos dessas ocorrências.

1 O JARDIM PÚBLICO: MAIS QUE UMA PRAÇA - PALCO DA SOCIALIZAÇÃO E DA LUTA POR DIREITOS.

Rio Claro foi fundada em 1827, atualmente com 197 anos, passou por grandes transformações e participou de diversos movimentos históricos em nosso país. Foi a segunda cidade do Brasil a receber eletricidade, sendo um importante ponto de parada quanto à expansão ao oeste paulista historicamente. Ainda que em declínio, a maior linha ferroviária do estado de São Paulo passa pelo município devido a sua importância na época do café. Localiza-se próxima aos municípios de Ipeúna, Santa Gertrudes, Corumbataí, Araras e Leme, sendo que os três primeiros já foram distritos de Rio Claro. Na figura 1 a seguir, podemos observar o município de Rio Claro, seu perímetro urbano e a localização do Jardim Público.

Figura 1 - Rio Claro, perímetro urbano e Jardim Público.



(Fonte: IBGE, 2022. IGC, 2024. Autora: Paloma do Prado Santiago)

Ao final do século XIX, foi construído o Jardim Público de Rio Claro, inspirados nos

grandes jardins europeus bastante populares na época. E este Jardim é na verdade a junção das praças XV de Novembro e praça Sargento Othoniel Marques Teixeira, mas é popularmente chamado de Jardim Público (IBGE, 2023), ou praça dos bancos, devido a quantidade de bancos públicos e privados que estão ao redor do local.

Nessas praças podemos encontrar diversas esculturas, homenagens a personalidades da cidade e monumentos.

Em 1960 recebeu o nome de Jardim Público: Herma de Siqueira Campos, pois passou por algumas obras nesse período, recebendo mais monumentos e realizando mais homenagens, o que contribuiu para que em 2014 fosse tombado como patrimônio histórico pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) (Jornal Cidade, 2014; Suzuki *et al.*, 2016), porém tal fato é questionado em 2019 e posteriormente comentaremos mais essa situação.

A localização do Jardim Público (figura 2) e a proximidade com a prefeitura (localizada no centro administrativo do município) propiciam que as mobilizações sociais ocorram no local dada a centralidade do mesmo, cujo acesso é facilitado por conta das vias e linhas de transporte público coletivo.

Figura 2 - Localização do Jardim Públicos e outros locais importantes do cotidiano.



(Fonte: Google Maps, 2024.)

Sob as considerações de Lima (2008), as praças são símbolos urbanos da interação humana, da luta por direitos e reivindicações, bem como local de suas expressões culturais e de lazer, sendo o ambiente que possibilita as reuniões e inclusive movimentos históricos desde as mais antigas épocas que temos registro,

Na ágora, Sócrates fora colocado sob processo. No Fórum de Roma nasceu o Império homônimo. A Praça de São Petersburgo foi o berço da Revolução Comunista na extinta União Soviética. Na Plaza de Mayo, em Buenos Aires, surgiu e resiste o movimento de mães que buscam seus filhos desaparecidos durante o regime militar. A Praça de Tiananmen – ou T'ien-Na-Men – (Praça da Paz Celestial), em Pequim, é símbolo e testemunha da agonia e morte dos que buscavam democracia e liberdade na primavera de 1989 (Lima, 2008, p. 99).

Em espaços públicos de concentração de pessoas, como praças e Jardim Público, na cidade de Rio Claro/SP, há encontros sociais por meio dos quais apropria-se dos espaços comuns. A luz das considerações de Lefebvre (2008), seja como forma de mobilização por causas sociais, como espaço de lazer e apresentações, ou reivindicações e paralisações contra atos que a população possa vir a entender como prejudicial aos seus direitos, o movimento de apropriação do Jardim Público torna-se uma forma de resistência, identidade e pertencimento.

Cabe ressaltar que as reivindicações e a luta pela cidadania na cidade não podem ser discutidas sem considerar a dimensão espacial (Castro, 2003), pois são os objetos materiais (praças, jardim público, centros comunitários etc) que são suporte à luta pelo direito à cidade protagonizado por cidadãos e cidadãs (Lefebvre, 2008). Santos (2011) argumenta que nem sempre os cidadãos compreendem que o são. Em outras palavras, ao não reconhecer o papel de cidadão, tornam-se consumidores frustrados e abrem mão da luta por direitos. Neste caso, a ocupação dos espaços para a reivindicação de direitos seria superada pela possibilidade financeira de usufruir de certos benefícios,

Em lugar do cidadão surge o consumidor insatisfeito e, por isso, votado a permanecer consumidor. Sua dependência em relação aos novos objetos limita sua vocação para obter uma individualidade e reduz a possibilidade dos encontros interpessoais diretos e enriquecedores, porque simbólicos em sua própria origem. A comunicação entre as pessoas é frequentemente intermediada por coisas. Frequentemente os movimentos de massa também se esgotam nas coisas, tendo uma lógica mais instrumental que existencial. As mobilizações são locais ou setoriais. A socialização capitalista, originária de uma divisão de trabalho que a monetarização acentua, impede movimentos globais e um pensamento global. A reivindicação de uns não raro representa um agravo para de outro. A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une (Santos, 2011, p. 93).

É sabido que os brasileiros têm o acesso historicamente dificultado quando se trata de direitos individuais e sociais, identificamos ao longo dos textos que retratam a realidade dos brasileiros de tantos anos passados, sobretudo quando temos acesso às afirmações de Santos (2011). Ao abordar a cidadania, o autor evidencia a falta de conhecimento e/ou esquecimento dos brasileiros quanto aos seus direitos; principalmente aqueles que residem a certa distância de seus centros administrativos, incluindo periferias, cidades pequenas e áreas rurais. Em contrapartida, Santos (1996) observa que ao mesmo tempo em que há demanda pela ampliação dos direitos, em nosso país buscamos privilégios e não direitos - fruto da ampliação das políticas neoliberais e da desigualdade social ampliada a partir delas.

Dessa forma, é necessário pensar em como essa população rioclarense luta por seus direitos, em como a cidadania é presente nesta cidade e se há mobilizações sociais. Cabe ainda analisar a forma como são organizadas, quais são as demandas apresentadas e qual o papel do espaço público neste processo, considerando que o Jardim Público tem uma localização e um papel central em Rio Claro.

1.1 Como é o Jardim, o que tem lá, qual história quer contar - Caracterização.

Nas pesquisas realizadas junto ao Arquivo Público de Rio Claro, identificamos alguns poucos documentos que de fato abordam especificamente o Jardim Público, assim descrevendo a configuração do mesmo, das disposições dos itens que encontramos nas praças que o compõem, bem como históricos e eventos marcantes.

O documento A Organização do Espaço do Jardim Público de Rio Claro de 1989 (Mauro, *et al.*) inicia descrevendo a década de 60, quando os arredores do Jardim Público foram completamente desarborizado, antes contava com 138 árvores que deram lugar a estacionamentos, que segundo os autores do documento, um ato delegado pelo prefeito da época (Francisco Scarpa, empresário brasileiro, prefeito em Rio Claro/SP de 1960-1962) (Rio Claro, 2024) em prol do progresso industrial inspirado no governo de Juscelino Kubitschek; na sequência pontua que a população extremamente chocada com o feito protestou fortemente contando inclusive com cobertura na TV, assim ressaltando a necessidade de participação popular nas decisões administrativas que segundo Mauro *et al* (1989, p. 2) “pouco a pouco sendo conquistada no exercício da cidadania”, que por fim resultou na criação da Comissão Especial de Revitalização do Jardim Público, que nunca mais é citada em nenhum texto da

cidade.

Este documento ainda descreve as análises feitas de solo e clima, incluindo recomendações quanto à manutenção/conservação dos indivíduos arbóreos, regulação climatológica fornecida pelo ambiente ao centro da cidade, embelezamento da cidade e palco de interações sociais que abrangem pessoas das mais diversas possíveis, isso tudo é relatado, pois os autores tinham como um dos seus objetivos principais a utilização desse material na educação, inclusive mencionando o interesse de Diretoria Regional de Educação de Campinas (DRE Campinas) na elaboração de relatório semelhante, para conscientização da população desde os primeiros anos de formação educacional.

A divisão da escrita do mesmo traz vários elementos históricos, às vezes se repetindo e em outras agregando detalhes sobre pontos passados sucintamente por um dos autores. Mas todos reforçam a importância do Jardim Público à população rioclarense, mencionando inclusive que o local deve ser usufruído pela população nas diversas expressões sociais possíveis, como eventos culturais e atividades de lazer (Mauro *et al.*, 1989), indo de acordo com a proposta deste trabalho, evidenciando que além do sentimento de tradicionalismo, monumento da vida rioclarense e preservação de memórias, a existência desse espaço público até os dias atuais, é também um ato político realizado pelos cidadãos.

Ainda, nesse documento, tomamos conhecimento que inicialmente existia uma igreja onde hoje é a Fonte/Chafariz do Índio (nome do monumento desde 1900-1901), e que lá eram realizadas além das missas, a conferência dos votos nas eleições; tratava-se de uma obra inacabada que era conhecida como “Matriz Nova”. Porém entre os anos de 1887 e 1889 a Câmara Municipal solicitou o terreno para construção do Jardim Público. Após esse momento seguimos adiante na história com cidadãos propondo troca de passeio, oferta de mão-de-obra sem lucros durante um ano para conservação do local.

Neste ponto, o Jardim Público ainda não era do tamanho atual, sendo duas praças divididas pela Avenida 1, mesmo sendo cercadas inicialmente por cerquinhas de madeira, posteriormente trocadas por grandes grades de ferro (Mauro, *et al.*, 1989, p. 2-7). O grande portão dessa época (figura 3), ao ser retirado em 1922 (Suzuki *et al.*, 2016) e o Jardim ter a configuração semelhante a de hoje, foi transferido e está sendo utilizado pela Santa Casa de Misericórdia de Rio Claro (figura 4).

Figura 3 - Cartão Postal do Jardim Público.



(Fonte: Arquivo do MHP “Amador Bueno da Veiga”)

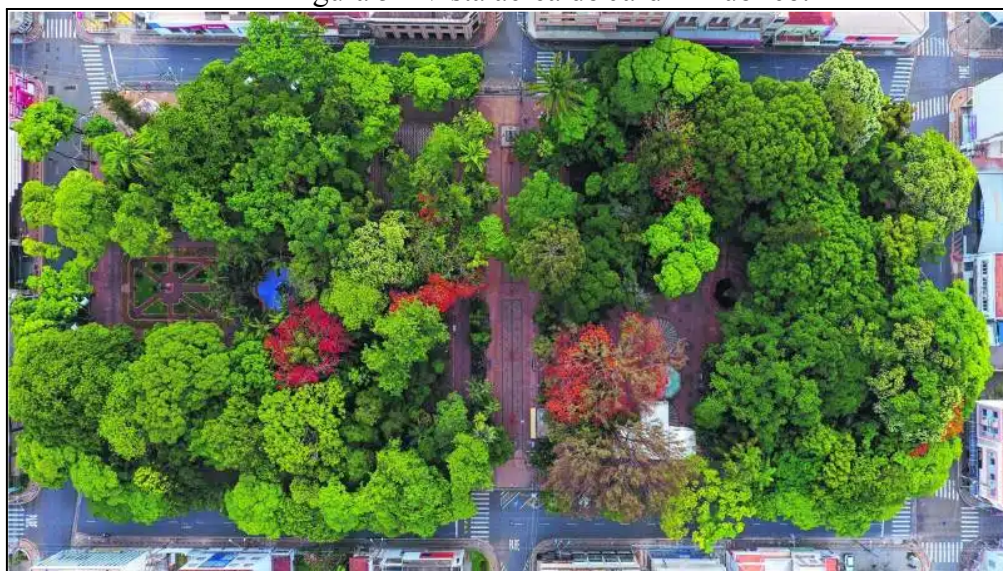
Figura 4 - Portão da Santa casa.



(Fonte: Google Maps, jul. 2023)

E por fim, na década de 60 houve a junção das praças pelo calçadão (figura 5), onde há concentração de ambulantes e feira de artesanato (Henriques *et al.*, 2016; Suzuki *et al.*, 2016), desse modo, o Jardim Público possui atualmente uma área de 22.081,65 m².

Figura 5 - Vista aérea do Jardim Público.



(Fonte: Jornal Cidade, 2019)

Nas pesquisas realizadas, a obra Patrimônio Edificado (Henriques *et al.*, 2016, p. 79-80), confirma a antiga divisão do Jardim, ainda mencionando que as praças eram conhecidas como Largo do Teatro e Largo da Matriz, pois o Teatro Phenix ficava em frente ao Jardim, onde hoje temos um comércio de calçados.

Assim, observamos que os movimentos históricos e pessoas que de alguma forma contribuíram com o crescimento de Rio Claro, influenciaram e influenciam até hoje,

[...] além das mudanças da conformação geral do Jardim Público, interessa conhecer que ele foi, ao longo do tempo, sendo agraciado com vários elementos simbólicos, que caracterizam seu uso, e com novos elementos ali inseridos no intuito de contar parte da história oficial da cidade (Suzuki *et al.*, 2016).

1.1.1 Praça Othoniel Marques Teixeira (Anteriormente Largo da Matriz) - Entre ruas 3 e 4 e avenidas 1 e 3 - 8.234 m²:

O largo da Matriz era chamado assim devido a intenção de que a nova matriz da cidade fosse construída no local, tendo sido iniciada, porém nunca concluída e posteriormente demolida, dando lugar ao Chafariz/Fonte do Índio (Henriques *et al*, 2016, p. 81), entretanto o nome foi alterado em 1932.

No Estado de São Paulo ocorreu a Revolução Constitucionalista de 1932 - MMDC, movimento que lutava por uma nova Constituição Nacional (ALESP, 2023), e muitos rioclarenses participaram da revolução, inclusive Othoniel Marques Teixeira, soldado que faleceu no fronte de batalha, culminando que em agosto de 1932 a Câmara Municipal alterou o nome da praça Largo da Matriz, em homenagem ao mesmo (Suzuki *et. al.*, 2026, p. 30-33).

Desse modo, a praça Othoniel Marques Teixeira conta com os seguintes itens em sua disposição: 1 - Herma do Senador Alfredo Ellis que foi produzido por Vilmo Rosada (notório escultor rioclarense), 2 - Herma de Camões, em 1957 Rio Claro foi elevada à categoria de cidade e em comemoração, portugueses que se instalaram no município doaram esse busto (produção de Vilmo Rosada), 3 - A fonte do Índio (figura 6), erguida onde se encontrava a construção do que seria a Matriz Nova que nunca foi concluída, como homenagem aos poucos indígenas que residiam em Rio Claro naquele período, 4 - o Anjo da Concórdia, oferecido pela Sociedade Italiana de Rio Claro no centenário da cidade em 1927, 5 - Busto do Barão de Rio Branco, 6 - Busto de Siqueira Cesar (militar) (produção de Vilmo Rosada), 7 - Estátua de Arthur Bilac (notório professor e poeta rioclarense) (produção de Vilmo Rosada), 8 - Monumento Recanto do Poeta Florideu Gervásio (Henriques *et al.*, 2016, p.81; Suzuki *et al.* 2016, p. 30-33).

Figura 6 - Chafariz/Fonte do Índio.



(Fonte: Arquivo da autora, 22/03/2024)

Sendo o Chafariz/Fonte do Índio uma das maiores estruturas do Jardim Público, em conjunto com coreto (figura 7) e palco Recanto da Saudade dos Seresteiros (figura 8).

1.1.2 Praça XV de Novembro (Antiga Largo do Teatro) - Entre as ruas 3 e 4 e avenidas 1 e 2 - 13.847,65m²:

A praça Largo do Teatro recebeu esse nome devido ao Teatro Phenix que ficava a sua frente, hoje o local é utilizado como comércio, e por decreto da Câmara Municipal teve o nome alterado para Praça XV de Novembro em homenagem à Proclamação da República.

Com os seguintes itens: 1 - Coreto Fábio Marasca (figura 7), a praça em questão sempre teve um coreto, entretanto por alguns anos a obra de melhoria/reconstrução do coreto fizeram com que o estilo da estrutura mudasse, em 1971 o Coreto foi inaugurado com o estilo oriental e recebeu o nome de Fábio Marasca em homenagem ao homônimo Maestro rioclarense; 2- Estátua de Diana, a caçadora, homenagem a deusa grega, doada pelo prefeito da época Francisco Scarpa (Prefeitura de Rio Claro, 2024), porém a obra que foi instalada na nesta praça, em 1961, era inteira de bronze e em 2016 foi roubada e substituída por uma estátua de mármore, sendo posicionada em seu local original, na frente do palco dos seresteiros de Rio Claro (Suzuki *et. al.*, 2016, p. 26-29; Rio Claro, 2020); 3 - Palco dos Seresteiros, Recanto da Saudade, palco utilizado pelo grupo citado para realização de apresentações aos domingos de manhã de música popular brasileira, principalmente no e sobre o carnaval (Henriques *et. al.*, 2016, p. 81; Suzuki *et. al.*, 2016, p. 26-29).

Figura 7 - Coreto Fábio Marasca.



(Fonte: Arquivo da autora, 22/03/2024)

Figura 8 - Diana, a caçadora e palco Recanto da Saudade.



(Fonte: Jornal Cidade, 2019).

A saber, o Jardim Público como um todo, conta com paraciclos (estruturas de metal que possibilitam o trancamento de bicicletas gratuitamente e mas sem supervisão de algum funcionário, bancos de concreto para descanso e lazer ao redor e dentro do Jardim (figura 9), parquímetros, três bancas de jornal, pontos de táxis, sanitários e postes de iluminação (Henriques *et al*, p. 81, 2016; Suzuki *et al*, p. 26-29, 2016).

Figura 9 - Vista parcial da lateral do Jardim Público.



(Fonte: Arquivo da autora, 23/03/2024.)

Ainda que os bancos de concreto não sejam muito confortáveis para deitar, Rio Claro felizmente não apresenta arquitetura hostil¹, de modo que ao passear/passar pelo Jardim, é possível notar diversas pessoas em situação de rua, transeuntes, ou mesmo pessoas que estão aproveitando o Jardim Público, há certo tempo no local conversando ou esperando algo.

1.2 Eventos Municipais - A utilização pela Prefeitura e Secretarias.

A prefeitura e secretarias municipais de Rio Claro utilizam o Jardim Público, praça central, para os mais diversos fins, mas principalmente aqueles de cunho familiar e conscientizador, desse modo segue alguns exemplos de utilização do local pensados pela prefeitura e/ou com apoio da mesma.

Iniciamos em 2016, com a realização da feira de adoção de cães, promovida pela Secretaria do Meio Ambiente, com intermédio do Departamento Municipal de Proteção Animal (DPA), via Canil Municipal, (Rio Claro, 2016).

O ato cívico em comemoração ao Dia da Consciência Negra, realizado em 2017 no Jardim Público, que teve a fala de Divanilde de Paula, presidente do Conselho Municipal da Comunidade Negra: “Este espaço tempos atrás tinha a entrada proibida para os negros e hoje estamos nele celebrando a Consciência Negra”. A fala de Dona Diva, como é conhecida em Rio Claro, por sua luta pela comunidade negra rioclarense, é para ressaltar e promover a reflexão da condição do negro e que a data é conquista de muita luta da comunidade (Rio Claro, 2017).

Em 2018, apresentação circense no Jardim Público, voltada a todas as idades (Rio Claro, 2018). Ainda neste mesmo ano teve “apresentações de grupos culturais de maculelê, umbigada, roda de capoeira e congada” (Rio Claro, 2018). Que fez parte da semana de Ogum - chamada “Ogum e suas origens – a cultura africana entre nós” e em comemoração ao dia da Mulher Negra Latina-Americana e Caribenha, o bloco Ilú Obá de Min se apresentou no Jardim Público (Rio Claro, 2018), e realizou uma roda de conversa. Segundo os organizadores, a atividade teve o seguinte intuito: “A atividade irá discutir a condição de

¹ Nota: São recursos arquitetônicos empregados nas cidades para causarem incômodos físicos, impedindo a permanência prolongada de pessoas, principalmente em situação de rua, tais como alambrados em volta de fontes e chafarizes, para que não tomem água ou banho, pedras ou estruturas em formato de pirâmides que impossibilitam o repouso, mesmo se utilizados colchões e colchonetes, bem como bancos em formatos menores e estreitos (Severine e Nunes, 2022 p. 77).

inferioridade e desvantagens que a mulher negra está sujeita diariamente e que traz consequências como a solidão, violência física, sexual e psicológica”, ainda, pensando em livrar mulheres das prisões sociais e culturais, a maneira escolhida foi animar e mostrar o empoderamento das mulheres em Rio Claro (Rio Claro, 2018).

Já quanto à saúde, em 2019 foi realizado o Circuito Ambiental “Com ações de incentivo à produção e consumo de alimentos saudáveis”, o evento contou com palestras, conversas e instruções de descarte consciente e a troca de verduras por itens diferenciados que precisam ser descartados e com ponto de coleta de resíduos, dos mais comuns como plástico, papel, vidro e orgânico, mas também de embalagens de remédio e remédios vencidos, que o descarte não pode ser realizado no lixo comum ou quando fazemos a separação dos recicláveis em nossas residências (Rio Claro, 2019).

Em 2020, testes de Covid-19 foram realizados na praça visando a saúde e cuidados com a população de rua e no mesmo ano houve a regularização de ambulantes que já vinham trabalhando no Jardim, importante salientar que ainda era época de pandemia (Rio Claro, 2020).

Rio Claro apresenta altas taxas quanto aos casos de dengue, de forma que em 2021 houve a ação de conscientização sobre doenças frequentes na cidade e no país,

Rio Claro intensificou nesta semana as ações preventivas à dengue, zika vírus, chikungunya e febre amarela, além de outras doenças transmitidas por insetos e aracnídeos. Equipes da Fundação Municipal de Saúde orientam a comunidade sobre as medidas de prevenção (Rio Claro, 2021).

E na agenda natalina de 2021, tivemos shows gratuitos para celebrar o final de ano, com bandas locais que realizam covers dos melhores e mais famosos artistas nacionais (Rio Claro, 2021). A intenção era a retomada do Jardim como espaço de cultura e lazer, “após” o Covid-19.

E em 2022, a prefeitura realizou um mutirão com as secretarias para melhorias nas praças centrais, como a pintura do coreto. Segundo o prefeito da época que este ano foi reeleito, Gustavo Perissinotto, “O Jardim Público é um patrimônio da cidade e vamos continuar cuidando deste espaço” e ainda na mesma matéria “o Jardim Público está localizado no centro histórico da cidade e é considerado um dos cartões postais do interior paulista” (Rio Claro, 2022). Ao longo do ano, a prefeitura e secretarias municipais realizaram revitalizações (Rio Claro, 2022), manutenção (Rio Claro, 2022) e limpeza (Rio Claro, 2022) no Jardim.

Este ano ainda contou com a festa da biblioteca, evento gratuito que teve a presença da Street Band Municipal, apresentações teatrais e o caminhão de poesias Gotas Poéticas (Rio Claro, 2022).

E ao final do ano, ainda teve a feira de economia solidária, que durou uma semana, segundo a secretaria de desenvolvimento social: *“Os empreendedores têm a oportunidades de expor e comercializar seus produtos garantindo a geração de renda”*, e segundo a matéria,

Além de oferecer apoio aos empreendedores com os pontos fixos de comercialização, a prefeitura incentiva a realização de feiras de economia solidária e a organização de espaços de comercialização em grandes eventos oferecidos pela Prefeitura de Rio Claro (Rio Claro, 2022).

E 2023 foi marcado por eventos da fundação municipal de saúde, começando com o Janeiro Branco, que teve o objetivo de orientar a população sobre saúde mental e emocional; este evento contou com apresentações culturais realizadas pelo próprios pacientes dos serviços de saúde mental do município, ainda, aferição de pressão arterial e testes rápidos (para infecções sexualmente transmissíveis) realizadas pela equipe de Serviço Especializado em Prevenção e Assistência para IST/Aids/Hepatites Virais (SEPA).

Pouco tempo depois, foi a vez da campanha de combate à tuberculose, foram realizadas orientações quanto a tuberculose, coleta de exames de tuberculose, aferição de pressão arterial e teste de diabetes. Também contou com a participação da equipe do “SEPA”, Vigilância Epidemiológica e com o Centro de Especialidades e Apoio Diagnóstico (Cead).

Ainda, a fundação municipal de saúde organizou a vacinação de Covid-19 em 2023, com base nos requisitos da época, visto que para tomar a bivalente, era necessário já ter ao menos duas doses da vacina contra Covid-19 (Rio Claro, 2023). E para terminar os eventos da fundação de saúde, temos a campanha de combate ao tabagismo, com a conscientização da população interessada, bem como outros serviços oferecidos, aferição de pressão, teste de diabetes e testes rápidos.

E em 2024, tivemos uma campanha do Procon que salienta a importância das cidadãs e cidadãos terem ciência de seus direitos e que o Procon é uma ferramenta dos mesmos (Rio Claro, 2024).

Todos os eventos listados neste tópico foram realizados no Jardim Público, e vale salientar que praticamente todos os dias ou finais de semana ocorre algum evento no local, mas neste ponto do trabalho, a intenção também era expor as atividades mais diversas que já ocorreram no Jardim ao longo dos anos e como a administração municipal estabeleceu a

utilização do Jardim Público como seu ponto principal de eventos, campanhas, cultura, celebrações e divulgação.

O que nos leva ao próximo tópico, dado o uso contínuo do Jardim e consolidação dele como centro de interações e conhecimento, veremos o que o Município considera para manutenção e conservação do local em questão.

2 PLANO DIRETOR DE RIO CLARO E PROJEÇÕES.

O plano diretor de Rio Claro foi atualizado em julho de 2024, e assim como é esperado, o documento preza pela cidadania e direitos de seus habitantes no que tange o planejamento urbano e rural. Desse modo, a análise do plano diretor de Rio Claro teve como objetivo principal, dada a intenção deste trabalho de conclusão de curso, identificar se a estrutura do Jardim Público é levada em consideração, no sentido de preservação, projeções e afins, assim entendendo como o local propicia a luta por direitos e se por alguma ação futura essa função possa deixar de existir.

A título de curiosidade, e dada a natureza dos planos diretores, a palavra cidadania não é citada neste documento; entretanto há outras formas de incentivo, como por exemplo ações,

Art. 5º. A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana e rural, mediante as seguintes diretrizes gerais: I. Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações (Lei Complementar Nº 204 De 10 de julho de 2024).

Ou seja, a cidadania está sendo garantida nos termos do Estatuto da Cidade (Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001) e que no nível municipal é regulamentada pelo Plano Diretor.

O Jardim Público é citado uma vez, chamado de Jardim Público Central, no artigo 202, que estabelece a proibição de construções no subsolo dos imóveis que cercam o espaço público em questão e as parcerias público-privado são mencionadas como forma de melhorias nos sistemas urbanos, ambientais e sociais, porém não diretamente no que se refere manutenção e conservação do Jardim Público (Lei Complementar Nº 204 De 10 de julho de 2024).

Durante a pesquisa e contatos realizados, foi possível tomar conhecimento de que o Jardim Público é mantido por duas secretarias municipais: Secretaria de Agricultura e Secretaria de Serviços Públicos.

Sendo que as tarefas são bem estabelecidas, a Secretaria de Serviços Públicos realiza a limpeza dos resíduos das praças e dos sanitários, manutenção da iluminação, reparos e obras nas homenagens, calçamentos, bancos e meio fio, bem como pinturas. E a Secretaria de

Agricultura se restringe a proteger, nutrir, manusear e tratar os indivíduos arbóreos e gramíneas. Infelizmente não foi possível conhecer os valores envolvidos mensalmente nessas atividades.

Sobre isso ainda podemos considerar que, se for de interesse de algum dos bancos privados, que se encontram ao redor do Jardim Público, há a possibilidade da descentralização desses serviços através de contratos de parcerias entre o Poder Público e a Iniciativa privada a partir da Lei Adote uma Área, promulgada em 2022 em Rio Claro (Rio Claro, 2024).

Ainda, há áreas públicas e praças mais afastadas que não possuem a mesma visibilidade que o centro da cidade, assim identificamos matéria do G1 (2016), relatando a revitalização de ao menos duas praças de Rio Claro por iniciativa dos cidadãos, visto que esses locais possuem demandas diferenciadas e frequentadores com outras necessidades, ainda podendo não contar com empresas próximas interessadas em assumir a preservação desses espaços públicos.

Desse modo, os interessados imediatos se organizaram, a exemplo de um senhor aposentado que é o entrevistado da matéria do G1, que em conjunto a voluntários revitalizaram a praça em questão em 2016, com material descartado do ecoponto da cidade.

Este mesmo senhor aposentado participou da revitalização de uma praça em outro bairro de Rio Claro, do mesmo modo, utilizando materiais descartados e com apoio de voluntários.

Essas praças são o principal local de lazer dos moradores, que ao se incomodarem com a situação de degradação das praças, se uniram em prol da manutenção para utilizarem o espaço, o que é moralmente considerado um gesto admirável, porém concordamos que a administração pública faltou com esses munícipes. E no plano diretor não há menção às demais praças ou espaços públicos diretamente, mas inclui preservação e segurança à população por meio de obras e ações ambientais e de saneamento.

Como mencionado anteriormente, não foi possível mensurar quanto despende das finanças municipais a manutenção das mais de 100 praças e espaços públicos nesta cidade, e entendemos que a questão não é tão simples de ser executada, entretanto não é uma responsabilidade dos habitantes realizar tal tarefa, pois segundo o Plano Diretor inclusive,

totalidade do seu território, de forma a assegurar o bem-estar e a qualidade de vida da população, de todas as faixas etárias (Lei Complementar N° 204, pg. 6, 2024).

Mas devemos lembrar que é dever de todos os cidadãos, enquanto cidadãos e cidadãs, ao menos manterem os mobiliários em bom estado de conservação e não descartar resíduos sólidos ou líquidos que afetem a integridade do local.

E pensando nas possibilidades que a Prefeitura e secretarias poderiam adotar, as parcerias público-privadas podem auxiliar em diversos casos, já que a partir do interesse de empresas em manterem a paisagem dos arredores de seus locais de atuação limpos e visivelmente agradáveis, as secretarias municipais podem economizar e elaborar um plano de trabalho para os locais mais afastados e promover conforto, limpeza e segurança para moradores que usufruem desses locais, conforme pretensão do Plano Diretor.

Deste modo, houve a promulgação da LEI N° 5.617, DE 24 DE MAIO DE 2022, Lei Adote uma Área, que possibilita a “adoção” de uma praça/jardim ou área pública (canteiros e rotatórias por exemplo) da cidade por parte de empresas privadas que atuam em Rio Claro. A lei visa,

[...] Poder Público em parceria com a iniciativa privada e a população em geral no sentido de suprir recursos destinados à conservação, manutenção e ampliação das áreas PÚBLICAS urbanas e equipamentos públicos do município promovendo melhorias nas condições de paisagismo, ampliando as opções e espaços de lazer para a população e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da comunidade (Leis Municipais, 2022).

Essa lei de 2022, chamada de Adote uma Área, já teve outro nome antes de ser promulgada e teve de 2018 a 2022 quatro adesões no modelo antigo, chamado Adote uma Praça.

Entendemos ao menos dois motivos para essa alteração de nome, sendo eles: mudança de prefeitos, ampliação da proposta (o que possibilita que demais áreas públicas como canteiros e rotatórias também fossem incluídos nos projetos de adoções com mais clareza).

Por fim, essa lei tem também o objetivo de descentralizar a responsabilidade do município quanto aos locais, de modo a atuarem como fiscalizadores, para que não mais sejam responsáveis pelo planejamento, execução e recursos.

Ademais, nesses cinco anos de existência, a lei não pode ser tomada como um sucesso da administração local, visto que somente seis adoções foram estabelecidas, e somente duas

após sua promulgação (Rio Claro, 2024), se analisarmos quantitativamente.

Quanto às parcerias públicos-privadas, as autoras Ana Elisa Périco e Daisy Aparecida do Nascimento Rebelatto (2005), consideram que a partir da abertura do comércio exterior do país na década de 1990, o Estado ao firmar contratos/parcerias passam a exercer uma função de fiscalizador e regulador dos serviços públicos, de modo a não despender recursos com a execução devido a descentralização dos serviços a serem prestados, forçados a se adaptarem a uma nova forma de administração causada pela necessidade de redução do déficit orçamentário e nível de endividamento,

Em virtude da escassez de recursos governamentais para investimentos, especialmente em infra-estrutura, surge espaço para a iniciativa privada, no financiamento dessas obras e serviços. Diversos são os arranjos de contrato entre agentes privados e a administração pública, sendo o mais recente a parceria público-privada (PPP) (Périco; Rebelatto, 2005, p. 1033).

O texto das autoras é voltado para o estudo da economia do país e retrata as preocupações de um Brasil inexperiente nesses acordos, inclusive por causa dos principais casos retratados, que se referem à licitações e concessões para serviços públicos de infraestrutura, ainda não vistas por aqui até então.

Possui uma visão positiva quanto às parcerias e possibilidades econômicas, sobretudo quanto à superação do déficit mencionado.

Entretanto, ao extrapolarmos as considerações das autoras e atrelar as análises ao caso da lei municipal supracitada, o ponto que nos cabe é que independe da parceria firmada, o interesse em parcerias é factível mas que a soberania do poder público deve ser mantida (Périco e Rebelatto, 2005, p. 1033).

Assim, Gabriella Saiki e Thiago Marrara (2022), analisaram a situação de concessão do Vale do Anhangabaú em São Paulo - SP, este caso foi escolhido como exemplo por se tratar de um espaço público de valor histórico e tombado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP), sendo assim o exemplo localizado mais semelhante considerando Rio Claro e seu Jardim Central.

Desse modo, o artigo traz o contexto das áreas urbanas e serviços realizados pela prefeitura e descentralização desses serviços à iniciativa privada.

Os autores pontuam a importância do local como área de lazer e cultura para os

paulistanos, que as esferas municipais carecem muitas vezes de recurso, mas não só, já que a má gestão e falta de mão de obra para execução das manutenções e conservação, também são listados como problemas que comprometem a realização desses serviços, impedindo que as necessidades dos habitantes sejam atendida e que esses possam usufruir de um local limpo e seguro.

Ainda quanto a administração municipal, atribuem a soma das dificuldades a necessidade de especialização dos funcionários, dada a descentralização da gestão pública quando da redemocratização do país, de modo que,

Num país em que os Municípios não conseguem lidar com suas competências mais básicas, raramente sobra espaço para priorização de políticas de lazer e desenvolvimento da gestão de áreas de uso comum do povo voltadas ao lazer e à cultura. Isso explica a razão de, no Brasil, referidas áreas sofrerem elevada desvalorização e serem marcadas por intenso e alongado abandono.(Saiki; Marrara, 2022, p. 85).

Considerando o cenário de abandono ou falta de recursos (não só financeiros), as administrações municipais, realizam estudos e planejamentos para suprir a demanda da população, refletindo sobre suas possibilidades e interesses, ocasionando acordos, concessões e licitações.

Com a descentralização de serviços, como quando da cessão de áreas públicas, é esperado que ocorra uma economia de recursos que podem ser destinados a outros setores prioritários, mas que não significaria a alienação do ativo, que é um bem público, daí a importância de contratos com cláusulas bem estabelecidas, que garantam a soberania do município.

De modo que no artigo em discussão, para celebração do contrato, houve licitação e três empresas mostram interesse e o contrato de concessão do Vale, foi descrito no texto em vários aspectos, como deveres da concessionária sendo realização de eventos e manutenção (todos a cargo da empresa privada), valores envolvidos e seu repasse, multas contratuais e os níveis e porcentagem correspondentes a cada tipo de infração.

E ainda que os trâmites tenham ocorrido de forma organizada e condizente, a execução da revitalização demorou dois anos e teve sua entrega adiantada por sete vezes, ainda o valor de 80 milhões foi questionado não só pelos autores mas por Raquel Rolnik em 2019. Por fim, o contrato analisado possui diversas cláusulas genéricas quanto a exploração de receita, assim

gerando preocupação dada a necessidade de fiscalização, a fim de que não haja descaracterização e desvios no que foi estabelecido (Saiki; Marrara, 2022).

Retomando a manutenção do Jardim Público em Rio Claro, hoje a prefeitura e secretarias exercem uma forte presença no local, uma vez que investem em diversas atividades de lazer e conscientização aos munícipes justamente pela facilidade de acesso ao centro, propiciado pelas linhas de transporte coletivo público. E talvez perder o poder de administrar essas possibilidades de eventos, ao delegar a partir da parceria com algum dos bancos, senão com mais de um, não seja interessante, de modo que dependerá do hipotético contrato.

Uma vez que essas parcerias podem ocorrer de várias formas, como prestação de serviços, licitações, concessões e por fim culminar na privatização do ativo (Périco e Rebelatto, 2005), o que seria um perda irreparável para a população rioclarense, já que pudemos observar a forte interação da sociedade com o Jardim Público.

O que poderia resguardar o Jardim Público quanto a descaracterização do local se um dia ocorrer uma parceria público-privada que penda mais para o privado?

2.1 CONDEPHAAT e dificuldades de acesso.

Neste tópico discutiremos o “tombamento” do Jardim Público e as dificuldades quanto ao acesso aos documentos e ou textos na cidade de Rio Claro.

No ano de 2014 o Jardim Público foi tombado pela Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), inclusive é possível verificar a menção ao tombamento nas obras *Das Praças e Jardins* (Suzuki *et. al.*, 2016) e *Patrimônio Edificado* (Henriques *et. al.*, 2016), bem como matéria do *Jornal Cidade* (2014). Tal destaque é devido ao significado de ser um dos 500 tombamentos realizados pelo Condephaat desde a década de 60 (Condephaat, 2024), uma vez que,

O tombamento é um ato administrativo realizado pelo poder público, com o objetivo de preservar para a população bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e até afetivo. A intenção é impedir que esses bens venham a ser destruídos ou descaracterizados. (CONDEPHAAT, 2024).

E porque que o tombamento é importante,

Para que esse conjunto de bens continue fazendo parte da vida das pessoas, inclusive adquirindo novos usos e significados. Um exemplo ilustrativo, na cidade de São Paulo, é a Estação da Luz. Tombada pelo CONDEPHAAT, continua exercendo a função original de entroncamento ferroviário, mas também abriga o Museu da Língua Portuguesa e uma estação de Metrô.(CONDEPHAAT, 2024).

Ou seja, seria de grande utilidade que as praças que compõem o Jardim Público, fossem de fato tombadas, pensando na proteção que elas teriam diante não só no âmbito municipal, o que possivelmente não impediria uma parceria público-privada, traria inclusive mais segurança à prefeitura quando celebração da possível concessão, mas também do Estado de São Paulo.

Quando iniciamos a pesquisa sobre o Jardim Público, esperamos reunir o maior número de documentos e histórias para compor nosso trabalho, entretanto um dos que mais chamou atenção por não termos tido acesso foi justamente o documento de tombamento, o que nos levou a buscar o Arquivo Público algumas vezes.

Na visita ao Arquivo Público da cidade, foi nos ofertado o relatório de Mauro *et. al.* (1989) e os jornais que fazem parte do acervo do mesmo, os jornais são em tantos volumes e dentro do possível preservados, que seria necessário mais de um ano para reunir as informações pertinentes ao Jardim Público ao longo de tantas décadas de publicações que o arquivo guarda.

Desse modo nos concentramos nas matérias mais importantes de serem pontuadas e/ou mais atuais. A saber, o Arquivo Público de Rio Claro, faz um ótimo trabalho na preservação da história da cidade, entretanto ainda não dispõe de mecanismos tecnológicos efetivos de buscas em seu site e ou rede própria, mesmo sendo uma Autarquia.

Assim, ao realizar consultas via e-mail, a equipe encaminhou documentos já localizados e disponibilizados em outros momentos.

Em entrevista à TV Claret (2023), vídeo disponível no youtube, a superintendente do Arquivo Público discursa sobre a importância do arquivo ao preservar os documentos e por fim história de Rio Claro, quando realização de reportagem sobre o Jardim Público, mencionando inclusive a guarda das atas da Câmara Municipal sobre as reformas e movimentações no local, entretanto esses documentos não nos foram oferecidos, acreditamos que seja justamente pela dificuldade em filtrar os assuntos pertinentes de tantas deliberações e

volumes pelos anos.

Ainda, o contato com os veículos de comunicação da cidade foram iniciados porém nunca atendidos, seja por e-mail, telefone ou pessoalmente. O mesmo ocorre com a prefeitura e secretaria de agricultura, isso pode ser entendido como um reflexo do ano eleitoral até.

De forma que as únicas secretarias que nos atenderam foram a de Serviços Públicos, por e-mail, que detalhou as atividades que exerce no Jardim Público, mencionando o que se refere a Secretaria de Agricultura, e não pode nos responder quanto à valores e nem possuía documentos para nos disponibilizar e a de Cultura, que possui escassos registros fotográficos e relatos sobre o local, sendo solícita e auxiliadora quando procurada.

Mediante todas essas consultas o documento do tombamento não foi localizado, o que nos levou a entrar em contato com o Condephaat, e por telefone soubemos que o processo de tombamento ainda não foi homologado, ou seja, o Jardim Público não está protegido pelo Estado.

Para mais informações deveríamos encaminhar um requerimento com informações e autorizações que infelizmente não conseguimos obter até o momento de envio deste trabalho de conclusão de curso para avaliação.

Tais como matrícula do imóvel e procuração e mais documentos que seriam oferecidos após muitas conversas, que não puderam ocorrer. Ainda que tenhamos elaborado o documento e enviado para análise, o Condephaat arquiva os requerimentos que julga incompletos, então não obtivemos retorno quanto ao processo de forma oficial, mas localizamos matéria do Jornal Cidade (2019), que trata do mesmo assunto.

Em 2019, foi cogitado a reabertura da Avenida 1, que seria o trecho que une as duas praças do Jardim Público, como visto no capítulo anterior quando mencionamos o calçadão que uniu as praças na década de 60.

Os comerciantes, ambulantes e a população, segundo Jornal Cidade (2019), não estavam de acordo com essa abertura, levantando a questão do tombamento realizado em 2014 pelo Condephaat.

Culminando assim na pesquisa do Jornal Cidade junto ao Condephaat, que retornou com a notícia de que “O processo de tombamento do Jardim Público encontra-se em fase de análise, com decisão de tombamento aprovada pelo Condephaat. E que em seguida, seria encaminhado para homologação”, informou o Condephaat ao Jornal Cidade em 2019.

Mesmo que em andamento, ainda sem a homologação, as modificações projetadas para os imóveis em processo de tombamento devem passar pela análise do Condephaat, para serem incluídas no processo inclusive.

Entretanto, por já ter sido uma via, a reabertura da via onde está o calçadão atualmente, não seria barrada segundo a secretaria de cultura da época da publicação, quando procurada para esclarecer a veracidade da reabertura e questionada sobre o tombamento.

Nessa matéria, é exposto que a abertura da via foi pensada para satisfação do comércio e segurança da população, porém, a redação do jornal ao entrevistar a Associação Comercial e Industrial de Rio Claro (ACIRC), obteve a informação de que na verdade os comerciantes não eram a favor da reabertura e que teriam que ser consultados novamente, caso o plano municipal fosse adiante (Jornal Cidade, 2019).

Diante do exposto, não podemos deixar de pensar o que uma parceria como as mencionadas, podem causar no Jardim Público, já que por parte da prefeitura há intenção de modificação e há, por enquanto, resistência da população, inclusive com o apoio do comércio, que tem bastante peso nas decisões finais sobre o município.

Fazendo com que seja imprescindível analisar como ocorre a apropriação do espaço público e se fazem uso das praças no exercício de seus direitos quanto a cobrança, reclamações e expressões culturais, e identificar o impacto que as possibilidades trabalhadas acima trariam aos rioclarenses.

3 DISCUSSÃO SOBRE DE CIDADANIA E DIREITO À CIDADE.

De início podemos pensar na Constituição Federal de 1988, que tem como um de seus princípios mais importantes a cidadania. A cidadania é o conjunto de ações oriundas do exercício da democracia, abarcando direitos civis, sociais e políticos. É o que também modifica as relações que existem nas cidades e estabelece novas configurações no espaço urbano (Lefebvre, 2008; Santos, 2011), Iná Elias de Castro (2003) pontua ainda que a cidadania é um conceito tão abrangente que a complexidade do significado tornasse elevada a cada possibilidade de discussão.

Como Santos (2011) e Lefebvre (2008), a autora relaciona os direitos garantidos por lei ao ser humano quando da sua inclusão no mundo, como uma relação estabelecida a partir do acesso que o mesmo tem sobre as estruturas oferecidas pelo Estado, materiais e imateriais, então relacionando a apropriação dos espaços com acessibilidade local. E não só, Coutinho (1999) considera ainda que dada a articulação da cidadania e democracia, essa última seria a soberania da população, ou seja, o *“controle sobre a vida social”*.

Podemos assim considerar que a qualidade dos direitos garantidos em Rio Claro e em demais cidades, é conforme o nível de acesso à cidade/urbano e seus recursos oferecidos aos indivíduos, tais como facilidade de acesso ao transporte seguro e oferta de serviços condizentes com as necessidades dos cidadãos e cidadãs.

Assim, Lefebvre (2008) conceitua que a cidade e o urbano são duas dimensões das vivências humana, porém no cotidiano, viver o cotidiano é não conseguir separar os dois, podemos pensar A cidade e O urbano, mas a relação entre os dois é que forma/molda um ao outro, e são as pessoas que os constroem. E essa construção é realizada, talvez num primeiro momento pelo surgimento do afeto (Tuan, 2012), o afeto com o local, com o espaço que o indivíduo ocupa, usufrui, cuida; e o contrário também é válido, uma vez que ao repudiar e ter meios, a intenção do cidadão pode ser destruir para ser esquecido ou reconstruído um local.

Mas, ao se entender como ser e se afeiçoar a qualquer lugar, um espaço público, a escola, ao clube do bairro, ao bairro e a cidade, podemos considerar que a definição de cidadão foi absorvida de algum modo, isso porque o ser passa a se importar com o local ou com as demais pessoas que ali encontra, ou seja, a construção do cidadão e do espaço é uma relação mútua e contínua, conforme Santos (2011),

A cidadania, sem dúvida, se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito, enraizado na cultura. É, talvez, nesse sentido, que se costuma dizer que a liberdade não é uma dádiva, mas uma conquista, uma conquista a manter. Ameaçada por um cotidiano implacável, não basta à cidadania ser um estado de espírito ou uma declaração de intenções. Ela tem o seu corpo e os seus limites como uma situação social, jurídica e política. (Santos, 2011, p. 89)

Munindo-nos das considerações de Santos (2011), ser cidadão é ter a garantia do respeito; respeito ao reclamar, como numa passeata, numa festa, numa feira de ciências, dar informações sobre uma causa invisibilizada e evidenciar abusos para com o seu direito primordial de ser cidadão.

E essa falta de respeito é iniciada na desigualdade e segregação social que encontramos no país, quando o valor moral é atrelado ao bem material do indivíduo, ou seja, o direito de ser ouvido também faz parte da cidadania, entretanto o quanto o ser, comunidade e causa, são dignos de atenção é com base na classe social desses indivíduos.

Ou então quando o número de adeptos da causa é extremamente alto, e mesmo assim ainda pode ser descaracterizado se incomodar a vertente política dominante e seus associados (classe alta).

Diante disso, chegamos a deslegitimação das causas, que é uma estrutura narrativa que tem como intenção a desvalorização dos seres envolvidos, diminuindo o impacto, a pessoa adepta, e fazendo chacota ou lhes atribuindo formas pejorativas de tratamento para formar um juízo de valor distorcido diante da sociedade, de modo a causar um esvaziamento do movimento e isolamento da causa.

E isso foi possível graças a individualização do ser, no momento que passamos a vincular carácter, inteligência, poder e aparência com as posses do indivíduo, já que a acessibilidade dele seria elevada.

Por isso também há dificuldade da pessoa pobre em se organizar enquanto coletivo aos assuntos que lhes são pertinentes, devido a falta de poder aquisitivo e acessibilidade principalmente,

Além do que, para os seus moradores menos móveis, a cidade é impalpável. Ela, porém, se impõe como um amontoado de signos aparentemente desconstruídos, agindo, no entanto, em concerto, para limitar mais do que para facilitar a minha ação, tornando-me impotente diante da multiplicidade das coisas que me cercam e de que posso dispor (Santos, 2013, p. 90).

Corroborando com o exposto, Dayana Aparecida Marques de Oliveira (2012) reflete sobre como o consumo do espaço é diferenciado por aqueles que utilizam o transporte público coletivo como meio de transporte principal, e ainda nos insere no contexto da população que é segregada a partir da valorização dos solos e imóveis. Assim sendo, quem possui maior acessibilidade para consumir o espaço urbano, são os cidadãos e cidadãs que possuem maior renda, despendendo maiores recursos para se instalarem em áreas centrais ou mesmo em condomínios afastados, também possuindo acessibilidade à cidade por não depender dos meios de transporte coletivos.

Neste caso, a “segregação de luxo” ou autossegregação, é imposta a si mesmo como forma de afastamento da comunidade das cidades, para que o cidadão possa usufruir de vivências individuais, a parte de uma sociedade empobrecida e carente, como nas cidades do estado de São Paulo (Eda Góes, 2009), por exemplo; mostrando o processo de fragmentação que estamos tomando contato nas cidades brasileiras e a influência do neoliberalismo que Sposito e Sposito (2020) apontam como agente da individualidade e destruidor das bases da solidariedade e coletividade.

Em 2009, Janete R. Sousa *et al*, realizou um trabalho em dois bairros periféricos de Rio Claro, Jardim Bonsucesso e Novo Jardim Wenzel, este trabalho é uma referência importante para a compreensão do efeito barreira que ocorre na cidade, uma vez que o artigo aborda de forma abrangente e localizada os problemas de mobilidade urbana e moradia nesses bairros.

No artigo de Sousa *et al* (2009), temos o relato de uma moradora explicando como foi realizada a compra do imóvel em que mora. O ponto é interessante, pois aborda a rápida construção e venda dos imóveis, mesmo sem itens indispensáveis para moradia, como saneamento básico e eletricidade.

Essa mesma moradora relata que já morava no mesmo bairro, mas que sofria com o alagamento da residência provocada pela cheia do rio Corumbataí, corpo d’água que atravessa o bairro Bonsucesso.

Informa também que os problemas de infraestrutura do local só foram resolvidos no final da década de 90, essa moradora pontua que sua casa foi a primeira a receber eletricidade no ano de 1996.

Ocorre que a segregação socioespacial evidenciada pelos autores, de lá pra cá não

melhorou, esses bairros continuam à margem da comunidade rioclarense, isso porque além de ser inicialmente bairros de migrantes, se localizam às margens da rodovia Washington Luiz, possuem 2 linhas de transporte público coletivo, duas escolas municipais, ou seja, para o primeiro ciclo de formação, e uma Unidade Básica de Saúde que não funcionam aos finais de semana a UBS PSF Celia Ap. Ceccato da Silva.

Quanto ao lazer, em 2019 foi construído um centro esportivo no local (figura 10) (Diário do Rio Claro, 2019), entretanto o centro esportivo é constituído de um campo de futebol sem cobertura e uma área com brinquedos e equipamento de exercícios.

Figura 10 - Centro Esportivo no Novo Jardim Wenzel.



(Fonte: Google Maps, 2023.)

Desse modo a população que vive nesses bairros, precisa se locomover mais para ter atendimento sobre suas necessidades básicas que não são oferecidas próxima às suas residências, não estamos falando de 15 minutos ou 30 minutos, mas mais de 1 hora para pegar um transporte e acessar o serviço que está buscando. Desse modo a população desses locais, bem como de outros bairros da cidade, necessita utilizar outros meios de transporte dado a escassez de linhas de ônibus, como solicitar motoristas via aplicativos, bicicleta ou ir a pé até depois da rodovia e tomar outra linha de ônibus que seja melhor para o trajeto que irá fazer (Sousa *et al*, 2009).

E por fim, explicita que a rotatividade de moradores desses bairros é muito elevada, configurando uma desterritorialização, visto necessidades que as pessoas possuem de se localizar em bairros que oferecem melhores condições de vida,

dinâmica que possui, para além da topografia natural, uma topografia social constituída pela história das relações entre os que nele vivem e suas relações com os que vivem em outros territórios. Território não é gueto, apartação, ele é mobilidade. Por isso, discutir medidas de um território é assunto bem mais complexo do que definir sua área ou densidade, implica em considerar o conjunto de forças e dinâmicas que nele operam (Sposati, 2006, p. 5 apud Araújo, 2011, p.139).

Sob a luz das considerações de Ferreira (2017) e Santos (2011), podemos entender que ao longo do século XX, os indivíduos, que passaram por tantas mudanças políticas e sociais e muitas das vezes participaram de mobilizações históricas no mundo, tornaram-se consumidores ao invés de manterem seus estados de cidadãos e cidadãs, caracterizado atualmente uma sociedade alheia à seus direitos e indiferente ao que é público, criando uma segregação de classe, de interesses e de cultura.

Assim podemos verificar que essas condições também reverberam nas classes mais baixas que expostas ao exemplo e com menos qualidade de vivenciar uma cidade igualitária, sendo privada de acesso, ensino e saúde de qualidade, são empurradas para localidades que se limitam ao redor de suas casas e não usufruem de lazer com a frequência que seria satisfatória.

Expondo assim não só uma alienação auto imposta como nos consumidores/usuários das classes média e alta, mas que a realidade desses é de sobrevivência, e alguns poucos rompem essa bolha ao ponto de questionarem e se organizarem enquanto coletivo, comunidade e causa,

Um mundo guiado por valores do mundo privado cria uma sociedade em que predomina o conformismo e o isolamento, um tipo de mundo em que as pessoas não agem, mas se comportam, cumprem prescrições estabelecidas por uma forma burocrática de governo, o governo de “Ninguém” (Ferreira, 2017, p. 221).

Diante dessa realidade Maria da Glória Gohn (2013), nos faz refletir sobre a ocupação e apropriação de espaços públicos e nas pessoas que os ocupam, enquanto mobilização social, de modo que estabelece que manifestações em ruas e praças, por exemplo, é inerente à juventude, resgatando alguns eventos mundialmente históricos; verificando assim uma mudança significativa nas motivações dos indivíduos.

Segundo a autora, o que antes eram atos realizados pela juventude, não se restringe mais a faixa etária dos jovens, mas a pessoas que apresentam a juventude que é atrelada a uma causa/motivação, e anteriormente as mobilizações eram de cunho identitária (partiam da

construção do indivíduo na sociedade e pontos de virada cruciais na sociedade que estavam inseridas) como por exemplo compor uma manifestação pedindo o fim de guerras e ditaduras, mas essas se modificaram e tomaram forma concentradas em grupos tomaram forma (Gohn, 2013) e são mais específicas do cotidiano, como emprego, salário, educação, saúde e terras “(*demanda secular; agora em confronto com o agronegócio e outros*)” (Gohn, 2013, p. 212) .

A saber, Eneida Maria Souza Mendonça (2007), sobre apropriação de espaços públicos, destaca as contribuições de Milton Santos (1985) quanto aos fixos e fluxos, e as rugosidades causadas por esses no que se refere a potencialidade de uso, apropriação, e alcance, quando são utilizados mais do que como passagem, pois,

Neste sentido, é Santos (1985) quem indica o potencial intrínseco ao lugar, a partir das “rugosidades – formas remanescentes dos períodos anteriores – [que] devem ser levadas em conta quando uma sociedade procura impor novas funções” (p.55) (Santos, 1985, p. 55, apud Mendonça, 2007, p. 301).

Desse modo Vânia de Carvalho Araújo (2011), afirma que,

A cidade como espaço público de educação e de afirmação da cidadania não pode prescindir da ideia de que todos os espaços da cidade (ruas, praças, parques, clubes, postos de saúde, centros de assistência, escola, órgãos do governo, etc.) são espaços potencializadores de educação, seja como atuam o princípio da cidadania e do direito em suas práticas, seja como dão visibilidade às necessidades, interesses, razões e opiniões dos diferentes sujeitos. É preciso construir novas matrizes culturais de gestão que estimulem o projeto de “cidade educadora”, cujos diferentes espaços sociais se movem na construção incessante da justiça social. (Araújo, 2011, p. 142).

Desse modo, no próximo tópico iremos relatar as mobilizações, manifestações, passeatas, e reivindicações por direitos protagonizadas pelos rioclarenses ao longo de alguns anos no Jardim Público.

3.1 Casos Rio-clarenses de lutas por direitos na “praça”.

O Jardim Público é palco de diferentes tipos de manifestações que reivindicam pautas sociais. Como “Diretas já” por eleições presidenciais diretas; “Reage, Rio Claro- Racismo aqui, não”, mobilização de combate ao racismo, passeata e concentração e feira expositiva contra o desmonte da educação e universidade e mais algumas. Esses exemplos foram

selecionados por terem ocorrido no Jardim Público e pela evidência da participação e construção deles pelos munícipes.

3.1.1 “Diretas já”.

De início podemos citar o movimento DIRETAS JÁ, que em 1983 foi um grande marco nacional, pois o movimento, como é sabido, se configurou pela população do país indo às ruas pedindo o fim das eleições indiretas que elegeu Tancredo Neves, e em Rio Claro a mobilização ocorreu no Jardim Público (figura 11) reunindo 3 mil rioclarenses (Rio Claro, 2014; Arquivo Público, 2016), na época Ulysses Guimarães rioclarense, era aclamado pela população para que fosse o novo presidente do país e quando do momento da promulgação da Constituição Federal de 1988, foi presidente da Assembleia Nacional Constituinte (Câmara dos Deputados, 2006).

Figura 11 - Comício das Diretas Já no Jardim Público.



(Fonte: Acervo da família Pires de Oliveira, via Rio Claro Retrô.)

O ato foi realizado sob o regime ditatorial, que também evidencia o cansaço dos brasileiros e o final de duas décadas de abusos militares, censuras e violência.

3.1.2 “Reage, Rio Claro- Racismo aqui, não”.

A mobilização social teve como foco o combate a violência e racismo. Em 2013 a Comunidade Negra de Rio Claro idealizou e organizou um ato público no Jardim em decorrência do espancamento de um senhor idoso negro na cidade. O ato recebeu o nome de

“Reage, Rio Claro- Racismo aqui, não”. No Jardim Público ocorreu a concentração (figura 12) e a passeata, onde os manifestantes usam camisetas e cartazes com o nome do ato, além de entoarem o mesmo. Esta mobilização recebeu apoio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena e da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, segundo o portal do Governo do Estado de São Paulo.

Figura 12 - Ato do Movimento Negro no Jardim Público.



(Fonte: G1, 2013)

Os movimentos negros de cidades ao redor de Rio Claro, também participaram do evento no Jardim Público (São Paulo, 2013). O G1 (2013) noticiou o evento e entrevistou a líder do movimento daquela época, que fez uma fala quanto a importância da união da comunidade e população pelo repúdio ao racismo e da resistência e combate ao mesmo que é realizado pelo movimento negro. Neste caso, “a violência nas cidades urbanas é reflexo das violências representadas, que impulsiona outras violências” (Imbert, 1992, p. 5 apud Eda Góes 2009, p. 168).

3.1.3 “Cadeiraço em Rio Claro”.

A Organização Não Governamental Mais Fortes que a Deficiência, realizou o 1º Cadeiraço em Rio Claro em 2016 e posteriormente mais um evento em 2018, a passeata reuniu cadeirantes, familiares e amigos para além de promoverem a visibilidade da pessoa com deficiência (figura 13), protestar contra a falta de acessibilidade que a população cadeirante encontra no dia a dia (G1, 2016; G1, 2018), com concentração e percurso no Jardim Público e nas vias do centro da cidade.

Figura 13 - Cadeiraço no Jardim Público.



(Fonte: G1, 2016)

Infelizmente não localizamos a ocorrência dessa mobilização ao longo dos anos, sendo a última menção, um site não oficial sobre o cotidiano da cidade. O que nos mostra a falta de incentivo e visibilidade que os organizadores e participantes enfrentam no seu dia a dia, na luta por seus direitos e esforços pela sua causa.

3.1.4 Mobilizações trabalhistas.

A de causa trabalhista, em 2017, contra a reforma da previdência trabalhista reuniu sindicatos para protestar em diversos locais do país, e em Rio Claro a paralisação geral teve concentração no Jardim Público marcada para 28 de abril de 2017, os sindicatos que estavam se mobilizando para participar eram: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Plástico, Químicas e Farmacêuticas de Rio Claro e Região, Sindicato dos Bancários de Rio Claro, Associação Comercial e Industrial de Rio Claro (Acirc) e Sindicato do Comércio Varejista e Sindicato dos Comerciantes (Jornal Cidade, 2017).

Ainda sobre a reforma trabalhista, em 2019 também houve manifestação em frente ao paço municipal e no Jardim Público (figura 14). Os professores se mobilizaram para paralisar as atividades no dia de seu ato diante da reforma da previdência (G1, 2019).

Figura 14 - Manifestação contra a reforma na previdência, passeata ao redor do Jardim Público de Rio Claro.



(Fonte: G1, 2019)

As imagens são referentes ao ato contra a reforma da previdência e passeata, entretanto há dificuldade de visualizar o Jardim Público, visto que as fotos foram tiradas por celulares aparentemente.

3.1.5 Contra o desmonte da universidade e educação de qualidade.

Em maio de 2019 foi realizada uma manifestação de estudantes, professores e servidores, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/Rio Claro) com o objetivo de apresentar demandas contra a precarização da universidade pública, bem como os projetos e pesquisas desenvolvidas no âmbito do câmpus.

A manifestação incluiu a ocupação do jardim na manhã e tarde do dia 15 de maio. Este dia também é um marco na história dos estudantes, pois com o congelamento de verbas anunciado pelo Ministério da Educação (MEC) naquele ano, houveram paralisações estudantis em 222 cidades do Brasil, sendo reportagem de um dos maiores veículos de imprensa na atualidade do país o G1 (2019).

Nesta matéria há diversas formas de mobilização retratadas, porém somente em Rio Claro há registro de utilização do Jardim Público (figura 15), sendo referido como praça dos bancos, para exposição de pesquisas, projetos e expressões culturais como forma de protesto dos estudantes.

Figura 15 - Manifestação dos estudantes, professores e servidores.



(Fonte: G1. Foto: Janaina Moro/Diário de Rio Claro)

Como forma de chamar atenção para o ato que estava acontecendo, a comunidade da universidade utilizou as vias mais movimentadas do campus ao centro da cidade (Jardim Público), com cantos e gritos de ordem para organizar os participantes e facilitar o entendimento dos cidadãos e cidadãs da cidade do porque daquele movimento pela cidade.

No Jardim Público a comunidade universitária tentou apresentar aos caminhanes de passagem, as produções da universidade cumprindo inclusive os pilares da universidade, a extensão apresentando a pesquisa e divulgando as práticas que ensinamos dentro da universidade através dos projetos de extensão voltados aos rio-clarenses.

A fim de entreter a população e quem estava atuando no ato, continuando a divulgação, ocorreram apresentações culturais durante o período de ocupação do Jardim Público, sempre pontuando o motivo do evento e expondo as questões levantadas que preocupavam e preocupam até hoje quanto à educação. Como citado anteriormente, o G1 (2019), repercutiu o ato dada a importância do tema e da união da comunidade universitária de todo o Brasil ao se organizarem e realizarem a manifestação no mesmo dia (OLIVEIRA *et al*, 2024. no prelo).

Em Rio Claro, a organização do evento, composta pela comunidade universitária, contabilizou 2 mil pessoas envolvidas na passeata e ocupação da praça, já os órgãos municipais, como forma de minimizar o impacto da atividade e deslegitimar a iniciativa, anunciou a soma 300 pessoas segundo a Polícia Militar (PM). Como forma de chamar atenção e inteirar/quebrar a barreira que existe entre universidade e a cidade, a utilização do Jardim

Público se mostra uma decisão acertada, uma vez que trouxe a visibilidade pretendida e mais ainda pelo aproveitamento do evento pelos rio-clarenses.

3.1.6 “Combate ao feminicídio”.

Infelizmente crimes violentos contra minorias, de gênero e raciais ainda são uma realidade no Brasil, e assim recentemente a Cia Passarinhar - projeto circense que ministra cursos relacionados à arte do circense (Jornal Cidade, 2024), organizou uma mobilização popular no Jardim Público em homenagem a Julieta Hernández, a Palhaça Jujuba, que foi vítima de feminicídio enquanto viajava ao seu país para reencontrar seus familiares.

A artista viajava pelo Brasil de bicicleta, e por isso o ato que tinha também como pauta o combate à violência contra mulher e ao feminicídio, ao final contou com uma bicicletada saindo do Jardim Público indo em direção ao Galpão das Artes da Cia Passarinhar.

Nenhum veículo de comunicação de Rio Claro ou o G1 disponibilizou fotografias do ato em si, as matérias utilizaram fotografias da artista circense, de modo que não vamos dispor dessa referência visual que seria incluída nesse subtópico.

3.1.7 “Orgulho LGBT”

Por fim, a 7ª semana do Orgulho LGBT em Rio Claro (07 a 13 de outubro de 2024), que se tornou tradição na cidade dada a sequência de eventos.

Uma das características da celebração é durar uma semana, sendo repleta de reuniões, palestras, rodas de conversa e terminar com a festa no Jardim Público (figura 16).

Este ano houve ainda: concurso de Drag Queen; sarau e cinema ao longo dos dias, terminando com a 7ª edição da Parada do Orgulho LGBT (Jornal Cidade, 2024).

Infelizmente não localizamos fotos da 7ª semana no Jardim Público, somente em outros espaços da cidade esse ano.

Figura 16 - 6ª Parada do orgulho LGBT em Rio Claro, no Jardim Público.



(Fonte: O Diário de Rio Claro, 2023)

A semana do Orgulho LGBT, tem eventos em diferentes locais da cidade, entre eles se destacam o Centro Cultural “Roberto Palmari” e Philarmônica Rioclarense, dois espaços públicos, uma vez que o prédio da Philarmônica de Rio Claro é administrado pela Secretaria de Cultura também (Rio Claro, 2024).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste trabalho de conclusão de curso, podemos obter respostas consideráveis diante dos objetivos e questionamentos levantados para a realização do mesmo.

Rio Claro e seus moradores enfrentaram diversos marcos ao longo de sua história, foi sendo construída aos poucos com bastante esforço, da população principalmente.

Assim, foi possível entender a importância dos espaços públicos para o desenvolvimento da cidade e das pessoas que participaram do processo. Sobretudo o papel central que o Jardim Público teve em diversos períodos históricos do processo de urbanização e construção da cidade de Rio Claro.

Evidenciando a importância dos espaços públicos na formação da socialização, organização, e encontro de grupos sociais e políticos na luta pelos por direitos.

Entretanto, dada sua importância quanto a esses marcos, como luta por direitos, luta de classe, raça, gênero e sexualidade e demais eventos, explicita também a disputa do local por diversos agentes que produzem e reproduzem a cidade e o urbano.

Podemos então refletir sobre aqueles promovidos pela administração municipal atualmente, que aumentam sua popularidade entre os munícipes.

De modo que, a concentração de eventos vinculados à prefeitura, pode de alguma forma limitar as expressões espontâneas dos cidadãos. Uma vez que a realização de eventos que agrupam pessoas no espaço, requer prévia consulta e autorização da prefeitura, culminando na baixa adesão da população, diante deste obstáculo.

E quanto à construção e reprodução da cidade e urbano, considerar estratégias, práticas socioespaciais e políticas baseadas no conceito de cidadania, contribui para a produção democrática e coletiva de espaços urbanos mais justos do ponto de vista social, cultural, político, ambiental e econômico.

Infelizmente, não conseguimos apontar uma construção e reprodução de cidade cidadã nos bairros periféricos de Rio Claro, tendo esse status de sociabilidade e cidadania a população residente no centro da cidade ou em seu entorno, o mesmo vale para aqueles com maior acessibilidade.

Diante do exposto, um dos objetivos era entender como os munícipes reivindicam seus direitos. Explanamos algumas mobilizações e atos no último capítulo e concluímos que a atuação espontânea dos munícipes tende a ser reativa, ocorrendo em momentos de crise ou respostas sobre questões que afligem socialmente o país.

Desse modo, demonstram engajamento em causas gerais, mas a participação em movimentos locais, reivindicando melhores condições de vida na cidade, é menos frequente do que o esperado quando pensamos neste tema para pesquisa e trabalho.

Ainda, foi possível entender que a população de Rio Claro, bem como no país todo, são consumidores e usuários da cidade capitalista e alheios às situações das periferias de suas cidades.

Rioclarenses são muito participativos em eventos, de certa forma possuem lazer e cultura que são promovidas pela prefeitura e secretarias, artistas engajados e associados, muitas das vezes por editais de cultura, e nem todos incluem o Jardim Público como local para realização, a não ser quanto a uma celebração específica.

Por fim, este estudo visa contribuir para o debate sobre a importância dos espaços públicos na construção da cidadania, oferecendo reflexão sobre a realidade de Rio Claro. Esperamos que os pontos aqui levantados e trabalhados auxiliem em pesquisas futuras, que visem fortalecer a relação entre cidadãos e cidadãs com seus espaços sociais e urbanos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Vânia Carvalho de. **A cidade como espaço público de educação e de afirmação da cidadania: a experiência de Vitória/ES, Brasil**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 27, n. 1, 2011..

ARQUIVO PÚBLICO DE RIO CLARO, **Big Dário: discos & vida**, Revista do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteado”, n. 18 , p. 69. Disponível em: <Miolo> Acesso em: 7 de março de 2024

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Revolução Constitucionalista de 1932 - memórias da Alesp. Disponível em: [Revolução Constitucionalista de 1932 - memórias da Alesp](#). Acesso em: 25 de novembro de 2024.

BEMERGUY, Telma de Sousa. **Escalas do urbano e o alcance de “pequenas” mobilizações sociais: O Março das Mulheres em Santarém (PA)**. Anuário Antropológico, v. 43, n. 2, p. 361-368, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 28 de outubro de 2024.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Íntegra do discurso do presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães (10' 23") (Arquivo em áudio). Brasília, DF: Câmara dos deputados, [1988]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/277285-integra-do-discurso-presidente-da-assembly-nacional-constituente-dr-ulysses-guimaraes-10-23>. Acesso em: 25 de novembro de 2024.

CASTRO, Iná. Elias de. Instituições e território. Possibilidades e limites ao exercício da cidadania. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 7-28, 2003.

CONDEPHAAT. O CONDEPHAAT E A UPPH (página da web). São Paulo: CONDEPHAAT, [s.d]. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/o-condephaat-e-a-upph/>. Acesso em: 29 de novembro de 2024.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cidadania e modernidade**. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, v. 22, 1999.

DIÁRIO DO RIO CLARO. Novo Wenzel terá centro esportivo. [15/08/2019]. Disponível em: https://www.google.com/url?q=https://www.j1diario.com.br/novo-wenzel-tera-centro-esportivo/&sa=D&source=docs&ust=1734109985988204&usg=AOvVaw1871vR9DwUO_Vx1_CHSV0a. Acesso: em 26 de novembro de 2024

GÓES, Eda. **Em busca do tempo perdido: contribuição ao estudo da cidade contemporânea**. Revista Mosaico-Revista de História, v. 2, n. 2, p. 165-174, 2009.

FERREIRA, Evandson Paiva. **O espaço público e a cidadania: contribuições de Hannah Arendt**. Sapere Aude, v. 8, n. 15, p. 211-226, 2017.

G1. Aposentado e voluntários revitalizam praça abandonada em Rio Claro, SP. **São Carlos e**

Região, São Paulo: Globo, [12/05/2016], Disponível em:<https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/05/aposentado-e-voluntarios-revitalizam-praca-abandonada-em-rio-claro-sp.html>. Acesso em: 22 de outubro de 2024.

G1. Araraquara, Rio Claro, São Carlos, São João e Araras têm atos contra cortes de verbas na educação. Globo, [15/05/2019]. Disponível em:<https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2019/05/15/araraquara-e-sao-carlos-tem-atos-contrabloqueios-de-verbas-na-educacao.ghtml>. Acesso em 23 de maio de 2023.

G1. Jardim Público se torna oficialmente patrimônio histórico em Rio Claro. Globo, [16/09/2014] Disponível em:<https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2014/09/jardim-publico-se-torna-oficialmentepatrimonio-historico-em-rio-claro-sp.html>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

G1. Mobilização contra o racismo reúne cerca de 300 pessoas em Rio Claro. Globo, [13/04/2013]. Disponível em:<https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2013/04/mobilizacao-contrao-racismo-reune-cerca-de-300-pessoas-em-rio-claro.html>. Acesso em: 29 de abril de 2024.

G1. Protestos contra reforma da Previdência têm atos em São Carlos, Rio Claro e Araraquara. São Carlos e Araraquara, São Paulo: Globo, 15 maio 2019. Política. Disponível em:<https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/video/desafio-e-recolocar-estados-e-municipios-diz-camarotti-sobre-reforma-da-previdencia-7824134.ghtml>. Acesso em: 27 de maio de 2023.

G1. Deficientes fazem 'Cadeiraço' para cobrar acessibilidade em Rio Claro. São Carlos e Região, São Paulo: Globo, 15 maio 2019. Cidades. Disponível em:<https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/04/deficientes-fazem-cadeiraco-para-cobrar-acessibilidade-em-rio-claro.html>. Acesso em: 205 de novembro de 2024.

GOHN, Maria da Glória. Os jovens e as praças dos indignados: territórios de cidadania. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 1, n. 2, p. 205-221, jul./dez. 2013.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre. **De largo a Jardim: praças públicas no Brasil - algumas aproximações**. Estudos Geográficos, Rio Claro, 5(1): 101-120, 2007.

HENRIQUES, Amilson Barbosa Henriques; PERINOTTO, Consuelo Carolina; RESEK, Ivo; CAMPOS, Maria Teresa de Arruda; LUZ, Milton José Hussni Machado. **Patrimônio edificado em Rio Claro**. Arquivo Público e Histórico de Rio Claro. Phábrica, Rio Claro (SP), p. 204, 2016.

IBGE. **Cidades e estados. Disponível em:**<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/rio-claro.html>. Acesso em: 28 de agosto de 2022.

JORNAL DA CIDADE. **7ª Semana LGBT segue em Rio Claro até o próximo domingo, confira os eventos. Disponível em:**[7ª Semana LGBT segue em Rio Claro até o próximo domingo, confira os eventos - Jornal Cidade RC](https://www.jornalcidade.com.br/7a-semana-lgbt-segue-em-rio-claro-ate-o-proximo-domingo-confira-os-eventos-jornal-cidade-rc). Acesso em: 20 de outubro de 2024.

JORNAL DA CIDADE. **Jardim Público: 133 anos de existência e área verde. Disponível em:**[Jardim Público: 133 anos de existência e área verde - Jornal Cidade RC](https://www.jornalcidade.com.br/jardim-publico-133-anos-de-existencia-e-area-verde-jornal-cidade-rc). Acesso em: 23 de

maio de 2023.

JORNAL DA CIDADE. **Artistas protestam contra morte da Palhaça Jujuba**. Disponível em: [Artistas protestam contra morte da Palhaça Jujuba - Jornal Cidade RC](#). Acesso em: 20 de outubro de 2024.

JORNAL DA CIDADE. **Jardim Público não é tombado oficialmente pelo Condephaat**. Disponível em: [Jardim Público não é tombado oficialmente pelo Condephaat - Jornal Cidade RC](#). Acesso em: 20 de outubro de 2024.

JORNAL DA CIDADE. **Jardim Público não é tombado oficialmente pelo Condephaat**. Disponível em: [Jardim Público não é tombado oficialmente pelo Condephaat - Jornal Cidade RC](#). Acesso em: 20 de outubro de 2024.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade. 5ª edição**. São Paulo: Centauro Editora. 2008.

LIMA, Thiago Hernandes de Souza. **As praças: história, usos e funções**. Revista de Ciências Humanas e Sociais, Universidade de Marília, Estudos, No 12, p. 97-110. 2008.

LEIS MUNICIPAIS. **LEI COMPLEMENTAR Nº 204, DE 10 DE JULHO DE 2024**. Disponível em: <[Lei Complementar 204 2024 de Rio Claro SP](#)> Acesso: 20 de novembro de 2024.

LEIS MUNICIPAIS. **LEI COMPLEMENTAR Nº 204, DE 10 DE JULHO DE 2024**. Disponível em: <[Lei Ordinária 5617 2022 de Rio Claro SP](#)> Acesso: 20 de novembro de 2024.

MAURO, Claudio Antonio de; HOFLING, Ivani Bianchini; RODRIGUES, Paulo Sergio; DANTE, Luiz Roberto; PONTES, Beatriz Maria Soares; SCHLITTLER, Flávio Henrique Mingante. **A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DO JARDIM PÚBLICO DE RIO CLARO**. [s.n], Rio Claro - SP, p.1- 49. 1989.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza. **Apropriações do espaço público: alguns conceitos**. Estudos e pesquisas em Psicologia, v. 7, n. 2, p. 296-306, 2007.

OLIVEIRA CRUZ, Dayana Aparecida Marques de. **Transporte público coletivo em Presidente Prudente: planejamento, mobilidade e acessibilidade no consumo do espaço urbano**. 2012.

PÉRICO, Ana Elisa; DO NASCIMENTO REBELATTO, Daisy Aparecida. **Desafios das parcerias público-privadas (PPPs)**. Revista de Administração Pública, v. 39, n. 5, p. 1031 a 1052-1031 a 1052, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO SP. **Jardim Público**. Disponível em: <https://imprensa.rioclaro.sp.gov.br/?s=jardim+p%C3%BAblico>. Acesso em: 23 de maio de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO. **Ato cívico no Jardim Público comemorou o Dia da Consciência Negra em Rio Claro**. [21/11/2017]. Disponível em: <https://rioclaro.sp.gov.br/secretarias/gabinete-do-prefeito/ato-civico-no-jardim-publico-comem-orou-dia-da-consciencia-negra-em-rio-claro/>. Acesso: 22 de novembro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO. **Bloco afro Ilú Obá de Min é atração no Jardim Público.** [20/07/2018]. Disponível em: <https://rioclaro.sp.gov.br/cultura/bloco-afro-ilu-oba-de-min-e-atracao-no-jardim-publico/>. Acesso: 22 de novembro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO. **Canil promove evento de adoção de cães adultos no Jardim Público no sábado.** [06/06/2019]. Disponível em: <https://rioclaro.sp.gov.br/meio-ambiente/canil-promove-evento-de-adocao-de-caes-adultos-no-jardim-publico-no-sabado/>. Acesso: 22 de novembro de 2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO. **Campanha de combate à tuberculose tem ação no Jardim Público na 6ª-f.** [22/03/2019]. Disponível em: <https://rioclaro.sp.gov.br/fundacao-de-saude/campanha-de-combate-a-tuberculose-tem-acao-no-jardim-publico-na-6a-f/>. Acesso: 22 de novembro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO. **Capoeira e umbigada no Jardim Público sábado.** Disponível em: <[Capoeira e umbigada no Jardim Público sábado | Prefeitura Municipal de Rio Claro](#)> Acesso: 22 de novembro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO. **Combate ao tabagismo foi tema de ação no Jardim Público.** [26/04/2018]. Disponível em: <https://rioclaro.sp.gov.br/cultura/capoeira-e-umbigada-no-jardim-publico-sabado/> Acesso: 22 de novembro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO. **Comunidade participa de ação do Janeiro Branco no Jardim Público.** [20/01/2023]. Disponível em: <https://rioclaro.sp.gov.br/fundacao-de-saude/comunidade-participa-de-acao-do-janeiro-branco-no-jardim-publico/>. Acesso: 22 de novembro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO. **Decreto de Juninho regulariza ambulantes no Jardim Público.** [24/11/2020]. Disponível em: <https://rioclaro.sp.gov.br/secretarias/gabinete-do-prefeito/decreto-de-juninho-regulariza-ambulantes-no-jardim-publico/> Acesso: 22 de novembro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO. **Exposição rememora Rio Claro na campanha Diretas Já.** [17/01/2014]. Disponível em: <https://rioclaro.sp.gov.br/sem-categoria/exposicao-no-jardim-publico-rememora-participacao-de-rio-claro-na-campanha-diretas-ja/>. Acesso: 22 de novembro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO. **Feira de economia solidária é realizada no Jardim Público.** [14/12/2022]. Disponível em: <https://rioclaro.sp.gov.br/desenvolvimento-social/feira-de-economia-solidaria-e-realizada-no-jardim-publico/>. Acesso: 22 de novembro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO. **Festa das Bibliotecas será sábado no Jardim Público.** [09/09/2022]. Disponível em: <https://rioclaro.sp.gov.br/cultura/festa-das-bibliotecas-sera-sabado-no-jardim-publico/>. Acesso: 22 de novembro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO. **Jardim Público de Rio Claro está ganhando novo paisagismo.** [10/06/2022]. Disponível em: <https://rioclaro.sp.gov.br/manutencao-e-paisagismo/jardim-publico-de-rio-claro-esta-ganhando-novo-paisagismo/>. Acesso: 22 de novembro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO. **Jardim Público tem circo de rua na sexta-feira.** [04/06/2018]. Disponível em: <https://rioclaro.sp.gov.br/cultura/jardim-publico-tem-circo-de-rua-na-sexta-feira/>. Acesso: 22 de novembro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO. **Jardim Público recebe limpeza semanal.** [13/05/2022]. Disponível em: <https://rioclaro.sp.gov.br/secretaria-de-servicos-publicos/jardim-publico-recebe-limpeza-semanal/>. Acesso: 22 de novembro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO. **Quinta-feira tem shows gratuitos no Jardim Público.** [20/12/2021]. Disponível em: <https://rioclaro.sp.gov.br/cultura/quinta-feira-tem-shows-gratuitos-no-jardim-publico/>. Acesso: 22 de novembro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO. **Pessoas em situação de rua fazem testes para Covid no Jardim Público.** [05/06/2020]. Disponível em: <https://rioclaro.sp.gov.br/fundacao-de-saude/pessoas-em-situacao-de-rua-fazem-testes-para-covid-no-jardim-publico/>. Acesso: 22 de novembro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO. **Plano diretor.** [10/07/2024]. Disponível em: <https://www2.rioclaro.sp.gov.br/pd/index.php>. Acesso: 25 de agosto de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO. **Prefeitos municipais.** [s.d]. Disponível em: <https://rioclaro.sp.gov.br/municipio/prefeitos/>. Acesso: 22 de novembro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO. **Prefeitura faz melhorias no Jardim Público.** [02/05/2022]. Disponível em: <https://rioclaro.sp.gov.br/administracao/prefeitura-faz-melhorias-no-jardim-publico/>. Acesso: 22 de novembro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO. **Prefeitura faz pintura externa no prédio da Philharmonica.** [20/06/2024]. Disponível em: <https://rioclaro.sp.gov.br/cultura/prefeitura-faz-pintura-externa-no-predio-da-philharmonica/>. Acesso: 03 de dezembro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO. **Sábado tem Circuito Ambiental no Jardim Público.** [27/09/2019]. Disponível em: <https://rioclaro.sp.gov.br/agricultura/sabado-tem-circuito-ambiental-no-jardim-publico/>. Acesso: 22 de novembro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO. **Saúde faz vacinação contra Covid no Jardim Público de 2ª-f a 4ª-f.** [31/03/2023]. Disponível em: <https://rioclaro.sp.gov.br/fundacao-de-saude/saude-faz-vacinacao-contra-covid-no-jardim-publico-de-2a-f-a-4a-f/>. Acesso: 22 de novembro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO. **Rio Claro faz ações contra a dengue no Jardim Público.** [11/11/2023]. Disponível em: <https://rioclaro.sp.gov.br/fundacao-de-saude/rio-claro-faz-acoes-contra-a-dengue-no-jardim-publico/>. Acesso: 22 de novembro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO. **Reforma de sanitários do Jardim Público está sendo finalizada.** 23/07/2023]. Disponível em: <https://rioclaro.sp.gov.br/secretarias/gabinete-do-prefeito/reforma-de-sanitarios-do-jardim-publico-esta-sendo-finalizada/>. Acesso: 22 de novembro de 2024.

SAIKI, Gabriella; MARRARA, Thiago. **Parcerias para a gestão de áreas públicas urbanas: a concessão do Vale do Anhangabaú.** Revista Publicum, v. 8, n. 1, p. 78-101, 2022.

SEVERINI, Valéria Ferraz; NUNES, Gabriela Parreira. **Arquitetura hostil: cidade para quem?** Cadernos CERU, 33(2), 76-95. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/207099>. Acesso em 12 de dezembro de 2024.

SANTOS, Milton. **O espaço da cidadania e outras reflexões.** organizado por Elisiane da Silva; Gervásio Rodrigo Neves; Liana Bach Martins. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011. (Coleção O Pensamento Político Brasileiro; v.3).

SANTOS, Milton. **Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência.** Boletim Gaúcho de Geografia, 21: 7-14, ago., 1996. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38613/26350> Acesso em: 03 de agosto de 2023.

SCIFONI, Simone. **Patrimônio cultural e lutas sociais.** Revista Espaço e Geografia, Brasília, v. 16, n. 2, p. 515-528, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/39985>. Acesso em: 20 de novembro de 2024.

SEVERINI, Valéria Ferraz; NUNES, Gabriela Parreira. **Arquitetura hostil: cidade para quem?** . Cadernos CERU, São Paulo, Brasil, v. 33, n. 2, p. 76–95, 2022.

SOUSA, Janete Ribeiro; DE SOUSA, Marcos Timóteo Rodrigues; BRAGA, Roberto. **Os problemas da mobilidade urbana na periferia brasileira: o caso do município de Rio Claro/SP.** Revista da Casa da Geografia de Sobral, v. 11, n. 1, p. 7, 2009.

SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Sociospacial fragmentation.** Mercator (Fortaleza), v. 19, p. e19015, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/55sLWtgZ6DSb5h8B7Vymwkv/?lang=pt>. Acesso em: 24 de novembro de 2024.

SUZUKI, Carolina Hirai; PERINOTTO, Consuelo Carolina; RESEK, Ivo; CAMPOS, Maria Teresa de Arruda; LUZ, Milton José Hussni Machado. **Rio Claro das praças e jardins;** Arquivo Público e Histórico de Rio Claro – Rio Claro (SP): Phábrica, 2016.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** Londrina: EDUEL, 2012.

TV CLARET. **Jardim Público marca terceiro momento da urbanização de Rio Claro.** YouTube, 23

de junho de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=frqx8N5pZmI>. Acesso em: 30 de outubro.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALMEIDA, António Campar de; GAMA, António coord. - Fragmentos de um retrato inacabado. **A Geografia de Coimbra e as metamorfoses de um país**. Coimbra, p. 85-89, 2003.

BRAGA, Roberto; CARVALHO, Pompeu Figueiredo de. **Cidade: Espaço da Cidadania**. Pedagogia cidadã. São Paulo: Unesp-Propp, 2004.

FERRÃO, João. **Território, última fronteira da cidadania?**. Caderno Prudentino De Geografia, 1(24), p. 7-15, 2020. Disponível em <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7355>>. Acesso em: 31 julho de 2023.

GUERINI FILHO, Regis Alberto. **O Direito à Cidade: Ocupar e re-existir**. Dissertação (Mestrado)–Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2019.

HENRIQUES, Márcio Simeone; BRAGA, Clara Soares; MAFRA; Rennan Lanna Martins. **Planejamento da comunicação para a mobilização social: em busca da co-responsabilidade**. Comunicação e estratégias de mobilização social. 2ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2007.

OLIVEIRA, Dayana Aparecida Marques de; Ó, Ana Paula do; SANTIAGO, Paloma do Prado. **Cidadania em Rio Claro: Uma breve discussão sobre os espaços apropriados para a mobilização social**. Artigo no prelo, 2024.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. **Geografia, globalização e cidadania**. Terra Livre, São Paulo, n.15, p.155-164, 2000.

PAOLI, Maria Célia. **Movimentos sociais, cidadania, espaço público: perspectivas brasileiras para os anos 90**. Revista crítica de ciências sociais, No 33, p. 115-133. outubro de 1991.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial**. São Paulo: Editora Unesp, 2013. ISBN 9788539304189 Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/113702>>

REGINENSI, Caterine; MENEZES, Marluci. **Processos insurgentes de cidadania: as múltiplas interpretações entre materialidade dos espaços públicos e as práticas sociais**. In Actas X Congresso Luso – Afro-Brasileiro de Ciências, vol 6. Universidade do Minho 4 a 7 de fevereiro. p. 847-858; 2009.

TORO A., José Bernardo; WERNECK. Nísia Maria Duarte. **Mobilização Social : um modo de construir a democracia e a participação**. Brasília, ministério da Justiça, 1997.